



Anais da Assembléia

N.75

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE AGOSTO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 61.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 1985
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Sabino Campos e Péricles Pacheco.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Jorge Maia Filho, Mário Pereira, Nestor Baptista, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tércio Albuquerque e Trajano Bastos (30). Achando-se em licença os seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezzi, Anibal Khury, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Caíto Quintana, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tuquio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (28).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagem:

MENSAGEM N. 82/86

Curitiba, 23 de junho de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso ~~anteprojeto de lei~~ objetivando dar nova redação ao art. 11 e seus incisos e parágrafos, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, que versa sobre o Plano de Classificação de Cargos do Poder Executivo. Visa, ainda, o anexo anteprojeto de lei redistribuir os funcionários integrantes do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral de Justiça, inclusive os inativos, nas referências das respectivas categorias funcionais, pelo critério de tempo de serviço calculado em função do número de adicionais concedidos na forma dos arts. 170 e 171, da Lei n. 6.174, de 16 dezembro de 1970.

Nas inclusas cópias autênticas das Exposições de Motivos ns. 4.075/85 e 2.482/86, da Secretaria de Estado da Administração estão contidos detalhados esclarecimentos quanto à oportunidade e elevado significado de que é revestida a medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

PROJETO DE LEI 158/86

Art. 1.^o - O artigo 11 da Lei n. 7424, de 17 de dezembro de 1980, passa a ter apenas dois incisos e dois parágrafos, e fica modificado para a redação seguinte:

"Art. 11 - Para os fins previstos no artigo 9.^o, progressão é a passagem do funcionário de uma referência para outra de valor superior, dentro da mesma categoria funcional, levando-se em consideração: I- a avaliação de desempenho; e

II- a participação em processo de treinamento.

§ 1.^o - A progressão será processada e implementada no primeiro semestre de cada ano e, para esse fim, o Poder Executivo fixará, anualmente, como limite de despesa, um percentual a ser calculado sobre a folha de pagamento do mês de janeiro do respectivo ano, para cada órgão da administração direta e autárquica.

§ 2.^o - O processo de progressão será regulamentado por meio de Decreto".

Art.2º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a redistribuição dos funcionários ativos e inativos do Quadro Geral e do Quadro Próprio da Procuradoria Geral de Justiça, pelo critério de tempo de serviço, nas referências das respectivas categorias funcionais, aferindo o tempo em função do número de adicionais de que tratam os artigos 170 e 171 da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, concedidos até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo Único- A redistribuição dar-se-á de acordo com a tabela anexa:

Número de Adicionais	Referência de Redistribuição
1	2
2	3
3	4
4	5
5	6
6	7
7	8
8	9
9	10
10	11

Art. 3º - O critério estabelecido no Artigo 2º passa, a partir da vigência desta lei, a ter aplicação a cada adicional por tempo de serviço que o funcionário do Quadro Geral ou do Quadro Próprio da Procuradoria Geral de Justiça, venha a obter.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar processos de ascensão funcional, considerando o interesse da administração e na forma do artigo 10 da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980.

Art. 5º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Of. n.º 2.482/86 - GS

Curitiba, 13 de junho de 1986

Senhor Governador:

Tenho a honra de restituir a Vossa Excelência o incluso processo protocolado na Casa Civil da Governadoria sob n.º 10.705/85, referente ao Ofício n.º 4.075/85-SEAD, pelo qual o ex-titular desta Pasta propõe as medidas indispensáveis à ativação dos processos de progressão e ascensão funcional.

Esta Secretaria, atendendo a recomendação contida às fls. 10 do processo, procedeu a revisão do texto do anteprojeto de lei proposto anteriormente, para nele incluir os funcionários que integram o Quadro Próprio da Procuradoria Geral da Justiça, bem como atualizou as tabelas de

custos e quantificação, relativamente ao pessoal que será abrangido.

Quanto ao mérito da proposta, esta Secretaria é de opinião que a sua aplicação representará um magnífico estímulo aos funcionários e um grande avanço na política de desenvolvimento de recursos humanos em relação ao pessoal estatutário dos Quadros em referência.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ CARLOS CAMPOS HIDALGO
Secretário de Estado

Curitiba, 31 de outubro de 1985
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
Of. n.º 4.075/85 - GS

ASSUNTO: ATIVAÇÃO DOS PROCESSOS DE PROGRESSÃO E ASCENSÃO

Senhor Governador:

Os processos de progressão e ascensão, para os funcionários do Quadro Geral, foram instituídos pela Lei n.º 7424, de 17 de dezembro de 1980 e não foram ativados, até agora, senão quanto aos casos de ascensão que a própria lei estabelecida como prioritários.

O motivo da inexecução do texto da lei, na época, perdurando até agora, foi a existência de algumas imperfeições textuais da própria lei, cujas adequações à realidade exigem a edição de um novo instrumento legal.

Pretendendo a administração colocar em prática os processos em referência, tão esperados pelos funcionários integrantes do Quadro Geral, estamos encaminhando em anexo uma minuta de anteprojeto de lei, na qual se acham consubstanciadas as indispensáveis alterações à referida Lei n.º 7424/80, visando a ativação daqueles procedimentos.

Assim, a nova redação ao artigo 11, da Lei n.º 7424/80, torna mais ágil a montagem dos processos de aferição de merecimento dos funcionários que concorram à progressão funcional, eliminando o critério de tempo de serviço, o qual exige publicações, prazos para impugnações e suas normais discussões, que retardam e oneram o processo.

Além disso, a proposta prevê, com relação aos processos de progressão, uma regra ainda não usada para a categoria de pessoal estatutário, que é a de estabelecer a concessão do benefício em função dos recursos disponíveis no momento da abertura dos respectivos processos. Desta maneira o administrador responsável pelo procedimento terá conhecimento pleno e antecipado do custo da operação, assim como os funcionários interessados terão a certeza de que anualmente serão concedidas as pro-

gressões que a lei recomenda.

Os novos critérios aqui estabelecidos para a progressão funcional, eliminando, inclusive, a rigidez das estruturas das categorias funcionais, fato que já está sendo adotado para o pessoal celetista será um ponto de igualdade no tratamento dispensado para ambas as categorias: estatutários e celetistas.

Convém salientar que o único segmento de pessoal que não está recebendo normalmente suas promoções e acesso a cargos de nível mais elevado, é o da administração, justamente os que integram o Quadro Geral do Poder Executivo. Outras categorias como Polícia Civil, Polícia Militar, Magistério, Ministério Público, Procuradores e pessoal regido pela CLT, têm em seu favor um processamento normal de promoções e acesso.

Ainda com relação à progressão, para recompensar o tempo decorrido entre a data da lei e a data de hoje, em que não houve aplicação desse instituto, o anteprojeto de lei prevê, em seu artigo 2.º, uma autorização ao Poder Executivo, no sentido de permitir uma redistribuição dos funcionários do Quadro Geral, ativos e inativos, pelo critério de tempo de serviço, nas referências das categorias funcionais, facilitando assim a operacionalização da medida e a sua implementação ainda neste ano.

A redistribuição proposta deverá sanar séria desigualdade ocorrida na época do enquadramento determinado pela Lei n.º 7424/80, cujos critérios, especialmente a limitação percentual por referência, prejudicaram bastante os funcionários mais antigos que integravam categorias mais numerosas, como é o caso do pessoal classificado no Grupo "A" - Administrativo. Nesse grupo, por ser mais numeroso, um funcionário com 19 anos de serviço, foi enquadrado na referência 01. Esse mesmo funcionário, se fosse enquadrado em outro grupo, talvez o "S" - Semi-Profissional, seria objeto de uma classificação na referência 5. A redistribuição pretendida é a melhor forma de estabelecer-se uma igualdade de tratamento entre todos os funcionários que pertencem ao Quadro Geral. Este procedimento abrange 8.738 funcionários, dos 19.552 que compõem o mesmo Quadro, a um custo mensal de Cr\$ 876.122.000 (oitocentos e setenta e seis milhões, cento e vinte e dois mil cruzeiros), o que corresponde a 5.41% do valor do vencimento mensal de todos os componentes do referido Quadro Geral.

O outro instituto que deve ser reativado é o da ascensão. Por meio dele os funcionários que conquistaram melhor qualificação profissional, poderão chegar, por meio de concurso interno, ao ingresso em categorias funcionais mais condizentes

com os títulos, ou conhecimentos, adquiridos com o seu próprio esforço.

Para isso, entretanto, tendo em vista as limitações que a própria lei instituidora do benefício impõe, é indispensável que o Poder Executivo seja legalmente autorizado a realizar os processos em causa e essa medida está contida no artigo 3.º da nossa proposição.

O encaminhamento do anteprojeto de lei à Assembléia Legislativa e sua conseqüente transformação em lei, ensejarão aos funcionários do Quadro Geral a possibilidade e a certeza de receberem, com justiça, os merecidos prêmios, da progressão e ascensão, nas suas respectivas categorias profissionais.

A adoção da medida proposta é urgente e o momento para a sua concessão é oportuno. Com isso estaremos resgatando, com os funcionários que compõem a administração direta e autárquica do Estado, o compromisso moral de lhes restabelecer o processo do mérito, inativado há mais de vinte anos.

Certos de que Vossa Excelência dará ao assunto proposto o necessário encaminhamento, valemo-nos da oportunidade para reiterar-lhe os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER

Secretário de Estado

À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os n. DTL/133, 134 e 135/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei números: 206/85, 03/86 e 12/86, os quais convertidos em lei tomaram os números 8.325, 8.327 e 8.326, respectivamente.- Anote-se Arquite-se.

Sob o n. 005/86, do Senhor Doutor Paulo Roberto Vasconcellos, Juiz de Direito Designado da Comarca de Guaratuba, comunicando a esta Casa de Leis, que em data de 30 de junho do ano em curso, com a presença do Desembargador Armando Jorge de Oliveira Carneiro, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, deu-se a solenidade de instalação da Comarca de Guaratuba.- Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Resolução n. 42/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 83/86, que aprova o convênio ce-

lebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, a FUMEST, FUNDEMAR, FUNEFI e os Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Foz do Iguaçu, objetivando estabelecer condições mútuas com finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.08.86

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 42/86, que objetiva estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, e 04 de agosto de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvirem o Douto Plenário preferência de votação para os Projetos de Resolução n. 42/86 e 43/86, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(aa) RUBENS BUENO e

SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O putado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 195/86, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como o de n. 97/86 e de Resolução n. 33/86.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) GABRIEL MANOEL

Apoiamto: Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação para o Projeto 137/86, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões em 04 de agosto de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado qe o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n. 137/86, constante da Or-

dem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, dispensa da Redação Final para os Projetos de Resolução n. 42/86 e 43/86, que objetivam estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamto: Fuad Nacli.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, que sejam enviados às Comissões competentes, todos os Projetos de lei da Ordem do Dia, que se encontram sem o devido parecer técnico.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(aa) ANTÔNIO BELINATI (PDT),

JORGE MAIA FILHO (PFL),

FUAD NACLI (PTB) e

NESTOR BAPTISTA (PMDB)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja marcada uma Sessão Solene, para o dia 21 do corrente mês, às 10:00 horas, para ser comemorada a "SEMANA DO EXCEPCIONAL".

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Duílio Bernini, ocorrido no último dia 31/07/86, em São João do Ivaí.

Pioneiro naquela cidade, o extinto deixa viúva D. Noêmia e oito filhos, todos ativos participantes da sociedade sãojoense, destacando-se entre eles, Clóvis Bernini, que foi vice-prefeito e assumiu a função de prefeito.

Outrossim, solicitando que da decisão este Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Bahls, ocorrido no último dia 27/07/86, e Manoel Ribas.

Pioneiro e fundador do Município, era comerciante, tendo o respeito e a admiração de tantos quantos o conheciam.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões em 04 de agosto de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Mafalda Ortega, ocorrida no último dia 29/07/86, em Doutor Camargo.

A extinta deixa viúvo o Senhor Salvador Ortega Benitez, comerciante na cidade ex-vereador e ex-vice-prefeito.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) GILBERTO CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de dona Luíza Rampazzo, aos 64 anos, ocorrido em Marialva.

A extinta era uma extraordinária criatura humana, cristã, que dedicou a sua vida a fazer o bem aos que dele necessitavam, inclusive servindo como grande conselheira, em quem todos confiavam.

Foi uma irreparável perda que causou profunda tristeza e dor aos familiares e aos que tiveram o privilégio da sua convivência.

Requeiro, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através do filho Antônio Odair Rampazzo, no Escritório Bandeirantes em Marialva, rogando que Jesus Cristo conforte a todos pela perda de tão querida figura humana.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido um voto de congratulações ao Jornal "Gazeta do Povo", pelo record alcançado com a tiragem de cem mil exemplares de sua edição de domingo último.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PMDB e do Governo.

JUSTIFICATIVA:

Nenhum jornal conseguiu em nosso Estado, ombrear-se à Gazeta do Povo, que vem dando sobeja demonstração de que já colocou-se entre os maiores periódicos que são editados neste País.

Fica assim o exemplo de um jornalismo sério, que serve como exemplo para a imprensa do Paraná e do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barbosa Ferraz, pelo humanitário e dinâmico trabalho por ele realizado no atendimento aos seus mais de oito mil associados.

Presidido por Sebastião Antônio Moreira e tendo como Secretária-Executiva a Vereadora Elza Marques Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal, o Sindicato de Barbosa Ferraz é um dos mais atuantes do Paraná, destacando-se pela honradez e dinamismo de seus dirigentes, bem como pelo revolucionário serviço de ambulatórios médico, odontológico e de análises clínicas.

Mesmo com a quase total ausência de verbas oficiais, esse Sindicato está construindo um novo e moderno ambulatório, com um total de 511 m². A obra majestosa só está sendo possível graças ao arrojo do Presidente Sebastião Antônio Moreira e da Secretária Elza Marques Gonçalves, figuras humanas que não têm medido esforço e sacrifício para tornar realidade tão importante obra que, após concluída, proporcionará atendimento mais justo e adequado aos trabalhadores rurais daquele município.

Esta Assembléia Legislativa, como a verdadeira Casa do Povo, não pode deixar de registrar nos anais da história o empenho e o sucesso de tão abenegados dirigentes dessa entidade sindical, para que tão bela lição sirva de exemplo aos demais brasileiros radicados no Paraná.

REQUEIRO que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na Rua Santa Catarina,

s/n, em Barbosa Ferraz, rogando que Cristo Jesus derrame copiosas bênçãos sobre seus dirigentes, funcionários e associados, para êxito eterno em tão nobre missão.
Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e com inserção nos Anais desta Egrégia Casa, um VOTO DE LOUVOR pelo transcurso do "DIA DO AGRICULTOR", no último dia 28 de julho.
Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Seria injusto que uma data tão significativa, dedicada ao herói anônimo que cultiva a terra e dela consegue extrair o alimento que todos consumimos, passe despercebida por nós.

Desejamos, com este VOTO DE LOUVOR, render uma singela, mas sincera e reverente homenagem, a esse bravo lutador que, desafiando os caprichos da natureza e seus elementos, consegue, com seu digno trabalho, suprir as necessidades alimentares de todos nós.

Em cada semente que planta, em cada erva daninha arrancada, em cada grão, em cada legume, tubérculo ou hortaliça colhida, ali está o resultado de todo um trabalho feito com a dedicação daquele que sempre acredita no amanhã.

A todos os agricultores, desejamos agradecer pelo trabalho e pelo alimento que produzem e sem o qual não podemos sobreviver.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao Jornal "Ilha Grande", de Guaíra, editado sob a responsabilidade do jornalista Benedicto da Silva Eloy.

Trata-se de um excelente veículo de comunicação, feito com muita seriedade e pautando sua linha editorialista por uma defesa intransigente dos mais legítimos interesses da comunidade de Guaíra, da região e do Paraná. O Jornal "Ilha Grande" tem assumido a responsabilidade de campanhas de grande expressão, com o propósito de sensibilizar as autoridades estaduais e federais para o atendimento de importantes reivindicações, inclusive a construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e a

Ferrovia da Soja, que terá importância de caráter até internacional.

Poucos jornais brasileiros assumem uma postura como o jornal "Ilha Grande", verdadeiro intérprete dos anseios populares.

Esta Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de registrar no anais da história seu reconhecimento, louvor e aplauso aos diretores e funcionários que, com garra e idealismo, editam tão importante jornal.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis, seja comunicada ao jornalista Benedicto da Silva Eloy, à rua Thomaz Luiz Zebalhos, 416, e Guaíra, rogando as bênçãos de Deus para que o sucesso do "Ilha Grande" seja eterno.

Sala das Sessões em 04 de agosto de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inscrito nos Anais desta Casa, voto de aplauso ao piloto brasileiro AYRTON SENNA, por sua demonstração de patriotismo durante o Campeonato de Automobilismo disputado nos Estados Unidos, no último dia 22 de junho de 1986 quando, ao vencer a prova, pediu uma bandeira do Brasil a um torcedor e deu a volta olímpica desfilando com o pequeno Pavilhão Nacional desfraldado ao vento. Com esse gesto, o campeão brasileiro procurou remotivar o povo após a eliminação da Seleção Brasileira no dia imediatamente anterior, na Copa do Mundo de Futebol, fazendo-se portanto, merecedor da mais viva manifestação de reconhecimento de todos nós quantos amamos o Brasil.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja transcrito nos Anais desta Casa, a matéria publicada pelo Jornal "Correio de Notícias", em data de 26 de julho do corrente ano, de autoria do Jornalista Geraldo Mazza, com o título - Convergência dos Ritos.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Os posicionamentos assumidos por esse insigne Jornalista que é Luiz Geraldo Mazza, denotam uma visão de ampla profundidade para com os problemas que afligem a sociedade deste Estado, trazendo-nos os mais diversos pontos de vista, que podem auxiliar a todos na compreensão dos fatos, bem como na procura das soluções.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 53/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - O Art. 1.º da Resolução n. 113/85, de 03 de dezembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º - Fica autorizado a realização de plebiscito na área adiante descrita, pertencente ao Município de Barbosa Ferraz, a fim de consultar à sua população visando a criação do Município de Corumbataí do Sul:

Começa no ponto de encontro do Rio Chupador com a estrada antiga IRETAMA-CAMPO MOURÃO, seguindo por esta no sentido CAMPO MOURÃO, até a bifurcação com a estrada para BARBOSA FERRAZ e esta até encontrar a nascente do RIO ARURAU, o qual desce até o espigão divisor entre as ÁGUAS MARINHA e do JUCA, seguindo pelo referido divisor rumo leste até a estrada do SOUZA, pela qual segue até o RIO SÃO JOAQUIM, e por este abaixo até a foz do Córrego Ourilândia, deste ponto por uma linha seca, rumo sudoeste até a nascente do RIBEIRÃO RAPOSO TAVARES, de onde segue pelo divisor das ÁGUAS DO RIBEIRÃO DAS LONTRAS e RIO ÓLEO PARDO, até atingir a ponte da estrada antiga IRETAMA-CAMPO MOURÃO no RIO CHUPADOR, ponto de Partida."

"Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(aa) RUBENS BUENO e
GILBERTO CARVALHO

Apoio: Edgard Pimentel, Trajano Bastos e Mário Pereira.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução tem por finalidade adequar a divisa do futuro Município de Corumbataí do Sul, com os dados fornecidos pelo ITC em consonância com o IBGE, que por ocasião da apresentação do projeto de lei foi baseado em dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Com isso ficam dirimidas as possíveis dúvidas aventadas nos limites do novo Município de Corumbataí do Sul.

Criação do Município de CORUMBATAÍ DO SUL, desmembrado do Município de Barbosa Ferraz, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

- Começa no ponto de encontro do Rio Chupador com a estrada antiga Iretama - Campo Mourão, seguindo por esta no sentido Campo Mourão até a bifurcação com a estrada para Barbosa Ferraz e esta até encontrar a nascente do Rio Arurau, o qual desce até o espigão divisor entre as Águas Marinha e do Juca, seguindo pelo referido divisor

rumo leste até a estrada do Souza, pela qual segue até o Rio São Joaquim, e por este abaixo até a foz do Córrego Ourilândia, deste ponto por uma linha seca, rumo sudeste até a nascente do Ribeirão Raposo Tavares, de onde segue pelo divisor das Águas do Ribeirão das Lontras e Rio Óleo Pardo, até atingir a ponte da estrada antiga Iretama - Campo Mourão no Rio Chupador; ponto de partida.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 159/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Artesanal do Excepcional de Ponta Grossa, situada na Rua Balduino Taques n. 1655, em Ponta Grossa, Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Paraná e está devidamente registrada sob n. 676 do livro A-3 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas daquele Município.

Fundada em 31 de março de 1985, tem como objetivo dar atendimento aos excepcionais, com promoções e auxílios de todas as formas nos serviços e benefícios da previdência, saúde, educação, habitação, lazer e profissão, sem quaisquer fins lucrativos.

Pelo exposto, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nossos nobres pares, solicitando afinal a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 160/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica acrescido ao art. 14 da Lei n. 8216, de 31.12.85, alterada pela Lei n. 8297, de 08.05.86, o inciso VII, com a seguinte redação:

"Art. 14 - São isentos do pagamento do IPVA os veículos:

I -

II -

VII - empresas de Tâxi."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(a) ODENI MONGRUEL

Apoio: Péricles Pacheco, Tadeu Lúcio Machado, Antônio Belinati, Gilberto

Carvalho e Francisco Escorsin.

PROJETO DE LEI N. 161/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o município de Ivaté, compreendendo o distrito administrativo de Ivaté e o de Herculândia, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Ivaí, na foz do Ribeirão Indovaí pelo qual sobe até sua nascente, de onde segue posteriormente pela estrada Ivaté - Umuarama, até confrontar a cabeceira do Córrego Três Barras, daí em linha seca alcança a cabeceira do Córrego Três Barras, descendo por este até sua foz no Córrego 215, por este abaixo alcança a foz do Córrego Recreio, pelo qual sobe até sua nascente, daí por uma linha seca alcança a nascente do Córrego Tiradentes de onde segue por este abaixo até sua foz no rio Ivaí, daí por este acima até alcançar a foz do Ribeirão Indovaí, ponto de partida.

DISTRITO ADMINISTRATIVO DE HERCULÂNDIA

Começa no Rio Ivaí, na foz do Ribeirão Indovaí, subindo por este até a foz do Córrego 111, pelo qual sobe até sua nascente, de onde alcança a nascente do Córrego do Bugre, daí por este abaixo até sua foz no Córrego 215, pelo qual desce até o Rio Ivaí, e por este acima até a foz do Ribeirão Indovaí; ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de agosto de 1986.

(aa) ANIBAL KHURY e NELSON VASCONCELLOS
JUSTIFICATIVA:

A comunidade dos distritos administrativos de Ivaté e Herculândia, no município de Umuarama, de longa data vem almejando a sua elevação à categoria de município, tendo em vista o crescente progresso daquela rica região paranaense, com o propósito de manter e continuar seu desenvolvimento.

Possui o referido distrito uma população superior a 10.000 habitantes, sendo mais de 4.000 eleitores. Além disso, a comunidade conta também com rede telefônica, de energia elétrica e saneamento, sendo beneficiada atualmente com a construção asfáltica das rodovias que ligam Umuarama a Ivaté, até Porto Camargo.

Destaca-se sua economia na sericultura, pecuária, cultura do café, arroz, feijão, milho e cana de açúcar, sendo a agricultura, a indústria e o comércio fontes geradoras de impostos.

Tendo em vista que o distrito administrativo de Ivaté atende os requisitos previstos na Lei Orgânica dos Municípios e que a elevação do mesmo à categoria de mu-

nicípio acarretará inúmeros benefícios no campo social, econômico e cultural, apresentamos o presente plano de lei que temos a certeza, receberá o total apoio dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 162/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - As atividades dos despachantes junto ao DETRAN e demais órgãos públicos do Estado do Paraná, são regidos pelo disposto na presente lei.

Art. 2º - Fica revogada a lei n. 732 de outubro de 1951 e demais disposições em contrário.

CAPÍTULO I

DA CREDENCIAÇÃO

Art. 3º - O provimento das funções de despachante será feito mediante concurso de provas e títulos.

Art. 4º - O concurso supra referido será precedido de um curso a ser frequentado pelos candidatos, com duração de 90 (noventa) horas e com um mínimo de 80% (oitenta por cento de comparecimento pelo interessado.

Art. 5º - Serão cadeiras obrigatórias no curso para despachate:

- a) - legislação de trânsito;
- b) - vistoria de veículos;
- c) - registro de licenciamento de veículos;
- d) - legislação da autarquia do DETRAN e sua regulamentação;
- e) - prática do funcionamento interno do DETRAN; e
- f) instalação e funcionamento de escritório.

Art. 6º - Os municípios terão seus despachantes credenciados pelo DETRAN, na proporção de 1 (um) profissional para cada 3.000 (três mil) veículos registrados.

§ 1º - cada município terá um mínimo de 2 (dois) despachantes credenciados;

§ 2º - para que seja credenciado outro despachante é necessário que sejam completados 6.000 (seis mil) veículos no município.

Art. 7º - São requisitos indispensáveis à inscrição no concurso para despachantes:

- a) ser brasileiro nato ou naturalizado;
- b) ser eleitor;
- c) estar em dia com o serviço militar;
- d) apresentar laudo médico, expedido pela Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, comprobatório de sua saúde física e mental;
- e) apresentar comprovante de escolaridade do curso de 2º grau (antigo colegial) completo;

f) apresentar atestado de antecedentes criminais;

g) apresentar certidão negativa dos Cartórios de Protestos de Títulos da Capital e, quando residente no interior, dos Cartórios locais;

h) apresentar certidões negativas da Vara de Execuções Criminais e do Distribuidor do Cível e Comércio, Falências e concordatas quando domiciliado em Curitiba ou certidão negativa de Execuções Criminais e dos Cartórios Cíveis locais, se domiciliado no interior, relativos aos últimos dez anos da data da inscrição;

i) anexar ao pedido:

1. fotocópia do Cartão de Identificação de Contribuinte, fornecido pela Secretaria da Receita Federal;

2. 2 (duas) fotos 3X4, de frente, e uma 2X2 também de frente. Art. 8.º - Aprovado no concurso, fica o candidato obrigado a:

a). firmar termo de responsabilidade, garantido por caução no calor correspondente a 3 (três) vezes o maior valor de referência do País, em moeda corrente, em forma de caderneta de poupança, conta vinculada, para cobrir eventuais danos pecuniários ou materiais ocasionados aos órgãos públicos ou a terceiros;

b). comprovar até 60 (sessenta) dias da publicação do resultado do concurso, prova de inscrição como segurado da Previdência Social (IAPAS);

c). comprovar quitação da Contribuição Sindical a favor do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná do exercício em curso.

Art. 9.º - Com o pedido de inscrição no concurso para despachante, o candidato deverá indicar o município junto ao qual funcionará, se credenciado.

Art. 10 - A remoção de despachante de um município para outro somente será permitida por permuta, após devidamente requerida e aprovada pelo diretor do órgão fiscalizador.

Art. 11 - Em caso de morte ou invalidez do despachante, assumirá a direção dos serviços a seu cargo, o cônjuge, devendo este submeter-se dentro de 6 (seis) meses, ao concurso previsto no Art. 3.º e demais dispositivos da presente lei.

CAPÍTULO II DA COMPETÊNCIA

Art. 12 - Ao despachante no Distrito Municipal para o qual foi credenciado, compete:

a). representar os interesses de seus clientes em processos de registro, licenciamento, transferências de propriedade e outros relativos a veículos automotores, reboques e semi-reboques;

b) encaminhar, acompanhar o andamento e retirar processos que lhe forem confiados, inclusive os de natureza pessoal;

c). requerer certidões para a instrução de processos em nome da parte interessada; e,

d). recolher, em nome dos seus representantes, impostos, taxas, multas e outros emolumentos.

Art. 13 - O despachante poderá indicar, para credenciação, um auxiliar devidamente registrado em carteira, que poderá representá-lo em suas ausências eventuais.

§ 1.º - A credenciação do auxiliar será instruída pelo Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná e subscrita pelo Diretor do DETRAN;

§ 2.º - Os atos praticados pelo auxiliar no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultem em prejuízos para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade do despachante titular que o indicou.

CAPÍTULO III DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES

Art. 14 - O despachante credenciado deverá:

a). entrar no exercício de suas atividades profissionais no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação do resultado do concurso em órgão oficial;

b) manter a atividade em caráter permanente e efetivo;

c). tratar com urbanidade, clientes e funcionários dos órgãos públicos;

d). manter em rigorosa ordem o fichário de seus clientes, sujeito à fiscalização da autoridade competente;

e). estabelecer-se em local cujas instalações ofereçam condições de higiene e segurança exigidos por lei e que tenha espaço e aspecto compatíveis com a atividade exercida e com o órgão público representado;

f) fornecer a seu cliente comprovante do recebimento da documentação e dos valores que lhe forem confiados.

I. O comprovante supra citado, que deverá, quando for o caso, conter todas as características do veículo, terá validade por um dia útil após o que, será substituído por protocolo expedido pelo DETRAN;

g). pugnar pelo fiel cumprimento do Código Nacional de Trânsito, respectivo regulamento e demais disposições regulamentares;

h). comunicar dentro de 24 (vinte e quatro) horas ao DETRAN, a dispensa do auxiliar credenciado e, no mesmo prazo, efetuar a devolução da respectiva credencial;

i). portar e exibir, em lugar visível, do vestuário, a credencial quando no exercício da função;

j). identificar os processos que encaminhar aos órgãos com carimbo onde conste o nome do despachante, número da Portaria que o credenciou, endereço e telefone do escritório; e,

l). exercer sua atividade, exclusivamente, dentro da jurisdição para a qual foi credenciado.

CAPÍTULO IV DAS PROIBIÇÕES

Art. 15 - É proibido ao despachante:

a). delegar a outrem, mesmo através de mandato, qualquer das atribuições definidas na presente lei, ressalvado o contido no Art. 13 e seus parágrafos;

b). manter conduta incompatível com o decoro da profissão;

c). desempenhar cargo ou função pública, ou emprego em entidades da administração indireta, federal, estadual ou municipal;

d). estabelecer escritório em mais de um local; e,

e). encaminhar, intermediar e/ou acompanhar candidatos à realização de exames e demais requisitos para a obtenção da primeira via ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação.

CAPÍTULO V DOS IMPEDIMENTOS E PENALIDADES

Art. 16 - Contribui impedimento para a credenciação de despachante, o parentesco até o terceiro grau, inclusive na linha de afinidade, com funcionário do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Paraná, asseguradas as situações anteriormente consolidadas.

Art. 17 - O despachante, pela infração de seus deveres profissionais, na esfera administrativa, ficará sujeito às seguintes sanções:

a). suspensão de até 90 (noventa) dias; e,

c). cassação da credencial.

Parágrafo único. A pena estabelecida na alínea A deste artigo, poderá ser aplicada pelo Chefe da Circunscrição de Trânsito e as alíneas B e C, privativamente pelo Diretor do DETRAN, ouvido o Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná.

Art. 18 - A pena de advertência será aplicada, por escrito, nos casos de infração de natureza leve aos dispositivos desta lei.

Art. 19 - A imposição das penas de suspensão e de cassação da credencial será precedida de sindicância.

§ 1º - A sindicância será instaurada através de comissão composta por 3 (três) membros da alta hierarquia funcional, designada pelo Diretor do DETRAN e acompanhada necessariamente por um membro da Diretoria do Sindicato dos Despachantes do

Estado do Paraná;

§ 2º - instaurada a Sindicância, o despachante continuará exercendo sua atividade profissional até final decisão do respectivo processo;

§ 3º - Será assegurada ampla defesa ao acusado, mediante notificação prévia com prazo de 15 (quinze) dias, sendo facultada a juntada de documentos;

§ 4º - O prazo para a conclusão da sindicância será de 30 (trinta) dias, contados da notificação do acusado, prorrogável pelo Diretor do DETRAN em no máximo 30 (trinta) dias.

Art. 20 - Das decisões prolatadas pelo Chefe da Circunscrição, caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, ao Diretor do DETRAN e, das decisões deste, no prazo de 20 (vinte) dias, ao Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 21 - Perderá ainda a credencial, o despachante que não cumprir o disposto nas alíneas a e b do Art. 14, da presente Lei.

Art. 22 - Os casos omissos serão decididos pelo Diretor do DETRAN com o parecer prévio do Sindicato dos Despachantes do Estado do Paraná.

Art. 23 - O concurso e curso a que se referem os artigos 3º e 4º, serão realizados nos municípios do Estado do Paraná, que contem com população superior a 100.000 (cem mil) habitantes e serão regulamentados pelo DETRAN.

Parágrafo único. Para efeito no disposto pelo "caput" deste artigo, será considerado o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, mais recente.

Art. 24 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) NESTOR BAPTISTA.

PROJETO DE LEI N. 163/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ALCOÓLATRA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende tornar de Utilidade Pública, vem prestando relevantes serviços na recuperação de pessoas dadas ao alcoolismo, sem qualquer remunera-

ção pecuniária, proporcionando-lhes a necessária readaptação junto ao seio da família e da sociedade, independentemente da raça, cor, credo político ou religioso e condição social.

Destarte, julgamos o presente plano de lei merecedor da acolhida e aprovação por parte dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 164/86
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu o imóvel consistente no lote n. 0057, do Quadrante 10, da Quadricula 01, Setor 53, da Quadra n. 12. com 1.500 m2, situado na cidade de Foz do Iguaçu, objeto do registro R.01/18.392, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A doação do imóvel objeto do presente plano de lei, visa a beneficiar aos integrantes da Magistratura Estadual, que prestam serviço na Comarca de Foz do Iguaçu, possibilitando a construção de residências para uso dos juizes, que em virtude do crescimento imensurável da cidade, e de circunstâncias do mercado imobiliário, vêem-se impedidos de custear o pagamento dos alugueres normais, ficando desta forma constrangidos a não permanecerem naquela Comarca tempo maior do que o estritamente necessário.

Eses os motivos que nos levam a apresentar este projeto, para o qual esperamos o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 165/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JOAQUIM TÁVORA - APAE, com sede e foro no Município de Joaquim Távora - PR.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública presta relevantes serviços no sentido de promover o bem-estar e o afastamento em geral, dos indivíduos excepcionais, bem como estimular os estudos e pesquisas relativas aos problemas que lhes são pertinentes.

Tal atividade, de cunho eminentemente humanístico, vem a merecer a guarida de toda a sociedade em virtude do empenho em aprimorar o desenvolvimento dos irmãos portadores de desvios nas características emocionais, físicas ou sociais.

A APAE conta com todos os requisitos da Lei n. 6994/78, constando no Art. 33 do seu Estatuto, a cláusula de gratuidade no exercício de cargos de Diretoria.

Assim sendo, esperamos o apoio e a aprovação dos Pares com assento nesta Casa de Leis, para o presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N. 166/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL PAROQUIAL BOM SAMARITANO, com sede no Município de Curiúva, Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços no campo da promoção humana, promovendo programas de educação de base para idosos, adultos e crianças.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditamos da Lei n. 6994/78, que dispõe sobre a matéria. Desta forma, esperamos dos Pares com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N. 167/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, com sede e foro no Município de Miraselva.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) HOMERO OGUIDO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, com sede e foro no Município de Miraselva, está devidamente registrada em cartório competente, bem como atende aos requisitos e documentações da legislação atinente à matéria.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 168/86
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de SANTA LÚCIA, com território desmembrado do Município de Capitão Leônidas Marques, com sede na localidade do meso nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Santa Lúcia, abaixo descritas:

"Começa na Foz do Rio Santa Lúcia, com o Rio Andradadas, subindo por este acima até encontrar a linha divisória do município com o de Cascavel, seguindo pela linha divisória até encontrar o Rio Tormenta, e descendo por este abaixo até encontrar o Rio Iguaçu, ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04/08/86.

(a) MÁRIO PEREIRA.

Apoio:

ORLANDO PESSUTI, PAULO FURIATTI, FRANCISCO ESCORSIN, PÉRICLES PACHECO e ANIBAL KHURY.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Está finda a leitura do expediente.

Esta Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Vereador Luís Jonefel do Município de Matinhos.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Lê):

"Quando em março deste ano, parodiando célebre frase de Adolfo Perez Esquivel, afirmávamos que as grandes conquistas só são possíveis quando a comunidade passa a participar ativamente com o objetivo da realização de interesses comuns, não esperávamos que Campo Mourão correspondesse tão rapidamente ao apelo. Há três anos que havíamos apresentado nesta Casa, projeto de lei estadualizando a Fundação Municipal de Ensino Superior daquele município, e estávamos numa luta quase que isolados,

tendo derrubado, inclusive, veto do Executivo; foi esse o motivo porque, através de reuniões mantidas naquela instituição de ensino, patrocinadas pelo Diretório Acadêmico Rui Barbosa e pela própria direção da Faculdade (que nunca nos abandonaram na cruzada da estadualização), que vínhamos alertando o corpo discente e docente para as dificuldades presentes: a queda da qualidade de ensino, a falta de verbas na Faculdade e no Colégio Agrícola e a desmotivação dos mestres com salários atrasados, entre outras dificuldades crescentes. Embora tenha tardado um pouco, afinal a conscientização para a gravidade do problema acabou por ceder a três anos de aparente indiferença. "Deixemos de lado a timidez e a passividade - afirmamos certa vez - que foram as tônicas do passado. Está decretada a cruzada pela retomada de nossos direitos de cidadãos. O setor educacional é primordial e a FUNDESCAM não pode ficar alheia" - completamos. Os resultados superaram as expectativas, já que unidos, direção, professores, alunos e funcionários e tendo em vista a sanção ao Projeto, agora Lei n. 02/84, havia apenas a necessidade da pressão democrática para que a estadualização fosse uma realidade, através da regulamentação daquela lei.

E o dia 08 de maio será inesquecível para Campo Mourão e toda a região. Atendendo ao apelo da sociedade mourãoense, sensibilizado pela mobilização que envolveu desde o empresariado até o mais modesto trabalhador rural, José Richa assinou, com a Prefeitura Municipal, o convênio de estadualização, concretizando um sonho de tantos anos. E a população soube agradecer à altura, a honraria com que havia sido distinguida sua tradicional instituição de ensino: naquela data recebeu com festividades dignas de uma grande vitória, a Secretária da Educação Professora Gilda Poli.

Embora assinado o convênio que regula a Lei de estadualização, encontra-se entre nós - Senhor Presidente, Senhores Deputados o Projeto de Resolução n. 43/86 que necessita da aprovação final desta Casa, para que sejam destinadas no Orçamento do Estado, as tão preciosas verbas para a Fundação Estadual de Ensino Superior de Campo Mourão. Não negligenciemos nesta tão justa empreitada de homologação do convênio que dará àquela instituição condições de prosseguir a meritosa tarefa de transmitir o saber. Neste exato momento em que parece aniquilada a subversão que durante tantos anos foi exercida sobre o setor educacional, não atraioemos aqueles que buscam o aprimoramento técnico e intelectual.

Senhores:

A luta de três anos da FUNDESCAM por

si só dispensaria maiores comentários quanto à importância desta ocasião. Porém, o nosso compromisso com a comunidade mourãoense e a luta que empenhamos durante o nosso mandato em prol da educação falam mais alto. Campo Mourão está hoje de olhos postos nesta Assembléia e tenho certeza que esta Casa que já lhe foi favorável em outras ocasiões, saberá atender a mais este apelo, aprovando em 3.^a Discussão o Projeto de Resolução n. 43/86".

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Concedo a palavra, ainda no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Nesta oportunidade, quero estender meus votos de felicitações ao Prefeito Ilmar Priesnitz, ao Vice Ademir Bier, ao Presidente da Comissão Central Organizadora e de Planejamento das Festividades do 26.^o aniversário de Emancipação Política e Administrativa do Município de Marechal Cândido Rondon, Senhor Roberto Alzaidar, e, especialmente ao povo que de forma ordeira, alegre, cordial e hospitaleira, lotou as dependências do módulo desportivo do Município da produção, durante os dias 25, 26 e 27 de julho, demonstrando que, na realidade, algo mudou na atual administração.

Destaque importante na solenidade, foi a presença do Governador do Estado, João Elísio, e também representando o Ministro Deni Schwartz, o Dr. Teobaldo Machado, Diretor de Desenvolvimento Urbano do BNH, que assinaram o convênio do Projeto "CURA".

Lamentamos, e ao mesmo tempo lembramos ao Deputado Norton Macedo, hoje PFL, que teria enviado telex ao Presidente da República, queixando-se de que o seu partido não participou da solenidade oficial da abertura das festividades, e que ele não fôra chamado para fazer sua saudação e do seu partido ao povo. Lamentamos tal atitude, se é que a mesma foi encaminhada ao Presidente da Nação. Na realidade, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dieter Seyboth, bem como os Senhores Vereadores de ambos os partidos políticos, e demais Deputados fizeram parte do palanque oficial, e este saudou o povo na importante data do município.

Torna-se importante lembrar que, no ano anterior, quando este Parlamentar, ressentido, fez uso da palavra, criticava o Governador José Richa por ter vindo de mãos vazias à festividade, hoje reclama do Dr. Teobaldo Machado por ter trazido junto

com o Governador, vários convênios para obras em Mal. Cândido Rondon. O que quer ele? "Se parar o bicho come, se correr o bicho pega."

Infatibilidade provinciana do Deputado depõe contra nossa aguerrida bancada federal do Paraná, que deveria se preocupar mais com recursos para o Paraná, em vez de se preocupar com a mesquinhez da projeção pessoal.

É por isto que o Oeste perdeu o PRODO-PAR sem que ninguém se manifestasse. Muito bem faz quem não atrapalha. Pode até não fazer nada pelo Oeste, mas não atrapalhe.

Nesta ocasião é bom lembrar que nas solenidades anteriores, quando da ditadura, na qual o povo foi marginalizado, várias, inúmeras vezes este Parlamentar sequer foi citado como presente aos atos, num desrespeito total ao Legislativo Estadual.

Interessante também, é relembrar a Norton Macedo, Deputado Federal pelo PFL, que este Parlamentar foi por ele chamado em campanhas passadas, como o símbolo da destruição no Oeste paranaense. E mesmo assim, a nível Municipal não discriminou-se o PFL, a saudação do seu partido, foi feita pelo Senhor Presidente do Legislativo Municipal. Entendemos que agora, sem o famigerado comando político, o nobre Parlamentar Norton Macedo está se sentindo como doce no formigueiro, pois ao menor sinal de distanciamento do povo, busca apoio na pessoa do Presidente da República, como se fosse uma criança ameaçada por outra, buscando a mão do "pai forte".

Em Mal. Cândido Rondon, o PMDB não usou da festa para fazer política, fez, isto sim, o que o povo esperava, uma festa grandiosa para o povo e não reunião política para aproveitamento da classe política que apoiou as medidas de exceção e repressão dos últimos vinte anos. Em Mal. Cândido Rondon, o que aconteceu além da grande festa, foi uma lição de democracia, de respeito ao povo, por parte do PMDB."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná está na iminência de mais uma vez contemplar um novo ato imoral na administração pública deste Estado.

Tenho conhecimento que o Governo do Estado, ao tempo do Sr. José Richa, exerceu gestões que se transformaram em pressões sob o Poder Judiciário, para criação de novos cartórios em importantes municípios do Paraná. Inclusive em Curitiba, Londrina, Maringá e em Foz do Iguaçu.

Esses cartórios seriam destinados a afilhados políticos do ex-Governador José Richa e do PMDB, porque lamentavelmente a Lei de Organização e Divisão Judiciária do Paraná não confere ao Poder Judiciário do Estado a autonomia e a independência para nomear e para remover os serventuários de justiça de nosso Estado.

No dia 05 de maio deste ano, houve a primeira manifestação dirigida ao Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Estado, a fim de que fosse proposta a criação destes cartórios, conforme documento em meu poder. E se pretende, por essa proposta que é de iniciativa do Tribunal de Justiça do Paraná, mas, infelizmente, nós sabemos que o Poder Judiciário vive muito sobre as pressões do Poder Executivo, porque não tem autonomia financeira e não tem independência absoluta e plena, como requer a democracia. Em função dessas pressões nós teremos, pelo menos é o que se pretende hoje, a criação de mais quatro cartórios de registro de imóveis em Curitiba, dois cartórios de protestos em Londrina, dois cartórios de registro de imóveis, um cartório de protestos, em Foz do Iguaçu, um cartório de registro de imóveis e um cartório de protestos, em Maringá.

Não há nenhuma dúvida de que esses cartórios serão usados como instrumentos eleitoreiros do PMDB e do Governo, porque é prerrogativa do Governador do Estado a nomeação dos titulares destes cartórios. E nós pretendemos que o Tribunal de Justiça do Estado aborte, ainda no seu âmbito, a criação desses cartórios. E deve louvar desta tribuna, a atuação e a decisão dos membros da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, porque unanimemente esses membros votaram contrariamente à criação destes cartórios por entenderem que é inoportuno o momento para que esses cartórios sejam criados, sabendo evidentemente, das conotações políticas envolvidas nessa criação.

Pois bem, Senhores Deputados, na próxima sexta-feira, o Tribunal Pleno vai decidir sobre essa questão, vai discutir o parecer desta Comissão. E eu espero que o Poder Judiciário do Paraná recuse a tentativa de criação destes cartórios. E esta é, sem sombra de dúvidas, mais uma herança da administração do Senhor José Richa, que de uma forma acintosa procurou se envolver em todos os setores da administração do Estado, ignorando que a harmonia entre os três Poderes devem, fundamentalmente, reservar a cada um dos outros Poderes, o Legislativo e o Judiciário, a sua independência absoluta e total. E, em nome da moralidade, apelo aos Senhores Desembargadores para que abortem no meio do Tribunal de Justiça do Paraná a tentativa da cria-

ção imoral destes cartórios, antes mesmo que a semana chegue à Assembléia Legislativa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esta

Presidência anuncia, com satisfação, a presença em plenário, do Prefeito de Catanduvas, o Senhor Teodoro de Oliveira.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao ilustre Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O objetivo da nossa presença na tribuna, na manhã desta segunda-feira, é protestar contra a voracidade fiscal do Governo da Nova República que congelou os salários dos trabalhadores brasileiros, mas, infelizmente, o próprio Governo descongela o que congelou ao evidenciar o novo pacote econômico que impõe ao povo brasileiro, praticamente o aumento de 28% no preço da gasolina e do álcool, e de 30% para a compra de carros novos e usados.

Lamentavelmente, Senhor Presidente, dentro de um espírito de incoerência que reina dentro do Governo da Nova República, até o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, admitiu que se trata, não de um empréstimo compulsório, mas, que se trata na verdade, de um imposto criado pelo Governo, no mesmo exercício financeiro.

E diz a Constituição: "Estabelecem as leis que regem o nosso País, que o Governo só pode criar o imposto aprovado pelo Congresso Nacional aprovado num ano, para entrar em vigor no ano seguinte. "Mas, infelizmente, o Presidente Sarney mal assessorado, acabou evitando este pacote econômico, e as pesquisas que chegaram ao Palácio do Planalto, publicadas pelo Jornal "Folha de São Paulo" mostram que a popularidade do Presidente Sarney caiu, diminuiu, a sua popularidade porque a população brasileira, de um modo geral, não aceita, não aceitou não digeriu este pacote econômico.

Senhor Presidente, ainda ontem, os jornais nacionais estamparam dados sobre a nova inflação deste ano para o Brasil.

O Governo tinha estabelecido a meta de pouco mais de 6% de inflação, e a inflação já está se aproximando da casa dos 10%, e de uma maneira inaceitável também pelos brasileiros, o Governo vem dizer a público, que este empréstimo compulsório, que o aumento da gasolina, não refletirão nos índices inflacionários, por se tratarem de empréstimo compulsório.

Nem o Governo até agora sabe como devolver ao povo brasileiro o dinheiro que cada um pagará na bomba do posto de gaso-

lina, o dinheiro que cada um pagará, 30% ao comprar um automóvel novo.

O próprio Ministro Dilson Funaro, já reconheceu em entrevista à imprensa nacional, que até agora, o Governo não criou mecanismos, não chegou a uma conclusão, como fazer daqui há três anos para devolver ao povo brasileiro esse empréstimo que está sendo tomado. É bom lembrar, que nem no governo da ditadura, nem sob o efeito de Ato Institucional, a Revolução teve coragem de implantar as "simonetas" que representavam exatamente o empréstimo compulsório para aquele que fosse abastecer um carro.

Houve uma reação. Houve decisão da Justiça, e o Governo da ditadura voltou atrás, recusou e deixou de implantar as "simonetas" e agora que estamos sob o regime democrático, respirando o ar de democracia, desgraçadamente vem o Governo para sacrificar ainda mais o nosso povo brasileiro.

É bom lembrar ao Governo, que o povo está com o salário congelado; o funcionalismo aí está reclamando aumento salarial, e o povo não tem condições de aceitar mais este pesado fardo.

Por isso, Senhor Presidente, nós lamentamos que num País de juristas tão brilhantes, como Sobral Pinto e tantos outros, o Governo venha, sob o ar da democracia, impor, criar um imposto novo para o povo brasileiro, e ainda disfarçado de "empréstimo compulsório".

Tudo leva a crer que, jamais o povo receberá esse dinheiro de volta.

Mesmo que o receba, nós queremos aqui protestar porque o mesmo Governo que congelou é o primeiro a sair na frente para descongelar criando uma grande impopularidade ao Presidente José Sarney.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Concedo a palavra ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Edgard Pimentel.

O SR. EDGARD PIMENTEL - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Colho a oportunidade de falar desta tribuna, na manhã de hoje, primeiro para fazer uma saudação aos estudantes, aos acadêmicos das Faculdades de Cascavel, de Toledo e de Marechal Cândido Rondon que honram com suas presenças a sessão de hoje desta Casa. Sei que esses jovens mais uma vez, para cá se deslocam, buscando sensibilizar, através do Poder Legislativo do Paraná, o nosso Governo para que dê condições e possa viabilizar o ensino superior na mais produtora região agrícola do Estado do Paraná, a região Oeste.

Quero, nesta ocasião, alertar os nobres Pares de que não se repita por ocasião da votação da Mensagem do Governador que busca criar condições para a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Estado, que não se repita aquilo que se verificou em 1984, quando o projeto que apresentamos naquela ocasião, propondo a estadualização da Faculdade de Cascavel, desencadeando assim condições para a estadualização da Faculdade de Marechal Cândido Rondon, de Foz do Iguaçu e de Toledo. O nosso Projeto naquela ocasião fora rejeitado por mando do Senhor Governador do Estado José Richa.

Penso que interpreto bem o pensamento, o sentimento e os propósitos desses jovens que se deslocam como naquela época de toda região Oeste para acompanharem a votação de matéria do maior interesse para eles e para seus colegas.

Eu repito que haja um pouco mais de seriedade, não só por parte do Legislativo, mas também por parte do Executivo no tocante às melhores condições que devem ser dadas para o ensino superior do nosso Estado. O que se vê na região Oeste do Estado é a prática de verdadeira injustiça que ao longo de tantos anos, ao longo de tantos governos não se deu condições, não se investiu no ensino superior da nossa região.

E eu trago o abraço fraterno a esses jovens acadêmicos das faculdades da nossa região, especialmente abraçando a todos porque me considero um colega de vocês tendo em vista que tranquei a minha matrícula no curso de Engenharia Agrícola para cumprir o mandato que o povo me delegou em 1982.

Somos sensíveis às reivindicações de vocês. Desde que pisamos nesta Casa, outra luta não travamos senão despertar um clima propício para melhores condições para o ensino superior em Cascavel, em Toledo, em Foz do Iguaçu, em Marechal Cândido Rondon, enfim, na região Oeste do Estado.

Acredito que nosso ideal maior ainda não foi alcançado; isto é, criar, efetivamente, a Universidade do Oeste, sonho acalentado não só pela população, pelos jovens que povoam as nossas universidades, mas sonho acalentado por todos aqueles brasileiros pioneiros que tornaram a região agreste do Oeste do Estado de ontem, na progressiva região Oeste de hoje.

Por isto, venho à tribuna para meu testemunho de apreço, meu testemunho de compromisso, com os elevados interesses do ensino superior da região que representamos nesta Casa de Leis.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Encer-

rado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Assembléia Legislativa do Paraná aposenta funcionários com 2 mil cruzados e paga seus soldados, responsáveis primeiro pela segurança da sociedade, 1.750 cruzados. Os bandidos prisioneiros percebem mais, ou melhor, a sociedade paga mais.

Mas, o PMDB que tanto falou em justiça social, o PMDB que propalou um governo democrático e participativo, é o mesmo PMDB que se esconde atrás dos policiais com medo dos sem-terras. Este PMDB tem que ser desmistificado de uma vez por todas, porque os fatos falam mais do que as palavras. E a rebeldia de alguns tenentes da Polícia Militar do Paraná não foi contra a hierarquia da corporação, foi o berro de fome da corporação que assim vive. Ou sobrevive, melhor dizendo. São os oficiais desta corporação militar, do oficial ao soldado, que moreja no dia a dia, enfrentando as mais difíceis situações em defesa de nossa família, porque enfrentam homens que não têm mais esperanças de melhores dias.

No entanto, o Governo participativo do PMDB cruza os braços e fecha os olhos para a fome que grassa nos lares das pessoas que têm a responsabilidade, pelo menos institucional, de garantir a nossa segurança. E quando a família ou a sociedade reclama por segurança, vem a demagogia e vem a mentira, para poder na tentativa do palavreado, fútil e vazio, enganando o povo, dizer que tem feito o possível, quando o próprio PMDB sabe que é mentira.

Não fomos eleitos para defender o Governo. Fomos eleitos para defender o povo. E o povo vive, ainda vive, num regime de insegurança e de instabilidade social, política e econômica, porque o mesmo povo que elegeu o PMDB para mudar, para transformar, sabe que hoje este PMDB não mudou e não transformou. O PMDB apenas se locupletou da luta de uma sociedade que lutou contra uma ditadura pela democracia e pela liberdade. E o PMDB do Paraná que sempre se acovardou através de figuras hoje tidas como exponenciais, que até mesmo se furtaram e se acovardaram de receber o condecorado Ulysses Guimarães, condecorado pelo PMDB, porém também condecorado pelo Alfredo Ströessner, um dos grandes líderes ditadores, e desumanos opressores dos nossos irmãos paraguaios.

Por conseguinte, neste protesto que faço neste momento, contra o salário que nem poderíamos chamar de salário da Corporação Militar do Paraná, eu quero dizer ao Deputado Mário Pereira que se encontra

presente, porque foi sempre da faceta dos Alencar Furtado, dizer cara a cara o que sentem e o que pensam, e eu devo dizer quando ele dá uma declaração à imprensa paranaense de que o meu irmão, José Alencar Furtado, para atingir os seus objetivos pessoais trai a si próprio fazendo acordo com os malufistas, devo dizer apenas duas coisas:

Primeiro - Quem está compondo a Mesa do Congresso Nacional, são dois malufistas que se acertaram com Ulysses Guimarães e para lá foram de acordo com compromisso assumido entre Maluf e Ulysses Guimarães. O mesmo Ulysses Guimarães que foi condecorado e hoje esconde, na sua biografia a condecoração que recebeu de Alfredo Stroessner, o opressor do povo paraguaio.

Não quero falar dos meus companheiros paranaenses que hoje estão no PMDB e foram malufistas, até um quadro negro na televisão.

Mas, quero dizer ao Deputado Mário Pereira, que faltará ao mesmo a força moral de dizer qualquer coisa em termos de dignidade política, se ele não assinar esta C.P.I. da Corrupção que eu estou apresentando, em cima da PROMOPAR. Porque foi o Deputado Mário Pereira, e digo frente a frente olhando para Vossa Excelência Deputado Mário Pereira, foi Vossa Excelência quem denunciou ao Governador de então, José Richa, que o Diretor da PROMOPAR era corrupto e falsificava nota de compra de materiais para a PROMOPAR. Foi Vossa Excelência quem denunciou, na frente de vinte e seis Deputados e do Prefeito de Curitiba, para quem eu peço o testemunho também, se preciso fôr.

Mas, se Vossa Excelência não assinar este pedido de C.P.I. para que possa provar que o Governador José Richa foi conivente com a corrupção porque na oportunidade, o então Governador José Richa dizia textualmente: "Este homem sairá do governo até o final do ano, no final de dezembro". E ele continua no mesmo posto e no mesmo governo.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do Rador) - Senhor Deputado, eu queria dizer que, quando Vossa Excelência transcende a ofender os malufistas, ofende a mim, pois sou malufista.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Não estou ofendendo os malufistas, muito ao contrário, eu não estou tomando partido algum em termos desta posição. O que estou dizendo, ilustre Deputado Gabriel Manoel, é que o Deputado Mário Pereira fez uma afirmação de que o Deputado Alencar Furtado se mancomunado com os malufistas para chegar

à Presidência do Congresso Nacional. Mas, no entanto, quem fez isto foi Ulysses Guimarães, e mesmo aí vamos até, se me permite meu ilustre Deputado ...

O Sr. Gabriel Manoel - Sabe o que acontece? Fico ligeiramente sentido quando Vossa Excelência ataca o Líder que é Paulo Maluf. Sou malufista e têm muitos malufistas apoiando o grande companheiro de Vossa Excelência, irmão Alencar Furtado.

Então, pediria a Vossa Excelência que se omitisse de falar mal dos malufistas, porque Vossa Excelência fala mal de um companheiro, de um amigo meu. Eu pertenci ao PDS de Maluf e sou malufista.

Agora, política é isto, "cada rota com seu fuso e cada terra com seu uso".

Então, Vossa Excelência podia declinar o nome de Paulo Maluf que vai ser o Governador de São Paulo.

Vossa Excelência fala de malufismo como homem que faz execração pública, e fere os princípios dos companheiros de Vossa Excelência que pelo menos cinco Deputados malufistas apoiam o grande Líder Alencar Furtado. E é por isto que Vossa Excelência poderia se restringir ao seu discurso, sem dirimir dúvidas ao grande Líder Paulo Maluf.

Vossa Excelência fere a sensibilidade dos próprios companheiros de seu irmão ao atacar Paulo Maluf.

Muito Obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Uma voz mais alta se alevanta e, se alevantará com certeza para dizer ao meu ilustre companheiro Gabriel Manoel. Eu aprendi os ensinamentos cristãos de não julgar para também não ser julgado. Não estou nesta tribuna para julgar o Deputado Paulo Maluf. Eu estou nesta tribuna para refutar as acusações feitas ao meu irmão que não tem nada a ver com o Sr. Paulo Maluf porque é uma política estadual e não transcende.

Mas, ao mencionar o nome não é mencionar mal. O mencionar nome é uma necessidade de fato histórico e jornalístico. Mas, não vou me ater a este problema que é de menor importância.

Concederei aparte logo em seguida desde que eu consiga colocar para este Parlamento uma posição que será nossa durante toda esta trajetória de que nós haveremos de palmilhar o Paraná levando a mensagem de um homem que resistiu a ditadura e que mostrou competência e que tem uma folha de trabalho e serviços prestados. Enquanto isto, eu desafiaria até o PMDB de apresentar uma cópia da Carteira de Trabalho do Senhor Álvaro Dias, porque segundo me consta, ele jamais tinha trabalhado na sua vida a não ser como radialista, não como

profissional, exerceu o radialismo para vir à eleição, apenas isto.

Quero dizer aos ilustres Deputados que Alencar Furtado além de ter ajuizado centenas e centenas de ações nos foruns paranaenses e brasileiros, exerceu com competência e profundidade a sua profissão de advogado. Álvaro Dias pelo que se sabe nunca exerceu profissão nenhuma a não ser a de político radialista.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Osvaldo Alencar, Vossa Excelência exagera e peca ao mesmo tempo quando desta tribuna que está defendendo as críticas formuladas ao seu irmão candidato ao Governo do Paraná.

Vossa Excelência fala em dignidade, mas dignidade deveria ter Vossa Excelência por acusar no geral, a bancada quando, na verdade, não levantei críticas contra seu irmão, até hoje.

Vossa Excelência critica o Senador Álvaro Dias, que não tem ficha de trabalho no Paraná; Vossa Excelência diz da ficha de trabalho, do currículo do seu irmão, como candidato. Mas Vossa Excelência talvez, não teve a oportunidade de ver e ouvir as "eleições de 86" pela Rede Globo, ontem à noite.

Se Vossa Excelência acha que Álvaro Dias é tão incompetente, deveria ter observado nas pesquisas, que Álvaro Dias pertence ao PMDB, o Partido em que, até ontem, Vossa Excelência pertencia, e que usava dessa tribuna, para criticar as corrupções e as injustiças, e que quando Vossa Excelência como Parlamentar, fazia parte da Comissão de Corrupção, também ficou omissa das decisões.

Vossa Excelência critica, mas critica, Deputado, falando inverdades, e assim Vossa Excelência peca.

E, se for este o estilo de campanha que o seu Partido, os seus candidatos a Governo usarem nas eleições de 15 de novembro, este exemplo já vem de encontro com a sociedade paranaense. Nós estamos vivendo um momento de democracia, nobre Deputado. Não é este o estilo de política, de agressão, de ferir as pessoas, nós queremos ter uma política sadia no Paraná e no Brasil inteiro. A política é demonstrar uma plataforma de trabalho, como Álvaro Dias está mostrando ao povo do Paraná, e colhendo sugestões. Não é através do massacre, da violência, da injúria e da inverdade, quando Vossa Excelência critica o ex-Governador José Richa, que foi um dos melhores governadores que o Paraná já teve até hoje.

E Vossa Excelência participou de tantas e tantas reuniões no Palácio Iguazu, e elogiou tantas vezes o Governador José Ri-

cha.

Muito Obrigado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Nunca elogiei o Governador José Richa, e os Anais da Assembléia estão aí para provar e comprovar que desde as primeiras horas, eu fui um acerbo crítico do Governo do PMDB, José Richa; fui a um programa de televisão, chamado "COMPROMISSO COM A VERDADE", quando disse que ele estava traindo os companheiros do PMDB, isto em 83, no primeiro semestre de 83, eu já dizia que RICHÁ era um traidor dos companheiros, não é de hoje que eu estou dizendo, e os Anais da Assembléia estão aí para marcar e registrar de uma maneira irrefutável, e quando o Sr. Erasmo Garanhão era o plenipotenciário Secretário de Estado - fui eu, que, daquela tribuna ali, disse para ele: "VADE RETRO SATANÁS, PORQUE O PARANÁ NÃO QUER O ESCORCHAMENTO DA POLÍTICA DO ARROCHO SALARIAL E NEM DA IMORALIDADE ADMINISTRATIVA". E eu também dizia que o Governador José Richa, antes de tomar o seu café da manhã, telefonava para o Erasmo Garanhão, para saber se podia tomá-lo com açúcar ou com adoçante, porque ele não tinha decisão, não tinha determinação para agir, realmente, como Governador do Paraná. Eu posso dizer isso, porque fui o único Deputado do PMDB. Ilustre Deputado, eu já lhe concedi um aparte. Conceda-me o direito calmo e tranqüilo de responder ao seu aparte -. Eu fui o único Deputado do PMDB que votou contra o aumento de ICM de 16 para 17%, e dizia lá no Palácio, na frente da Bancada do PMDB, dizia ao Governador José Richa por que que votava, o 1%? E ele dizia que ia investir em obras sociais. Eu dizia que ele não ia investir, como de fato não investiu. Fui o único Deputado com declaração de voto, que votou contra, do PMDB - é bom que se frise - do PMDB, que votou contra as taxas do DETRAN. Sou o único Deputado do PMDB que pediu a anistia para as taxas de estacionamento do DETRAN, porque o Governo rouba de quem trabalha, quando recolhe os seus automóveis para o estacionamento do DETRAN, e impede de continuar no seu labor, no seu trabalho, usando a sua condução, às vezes até uma lambreta, para poder ganhar seu sustento. Pedi duas vezes, ele não a concedeu. Da mesma forma, só para responder que eu nunca elogiei e está nos Anais da Assembléia.

Eu sou o único Deputado que tenho assinado por Richa, e ele veta a criação do Colégio Técnico Agrícola no Noroeste do Paraná, dizendo textualmente e assinando embaixo, e eu tenho a cópia deste veto, de um projeto que apresentei, aprovado por esta Assembléia, onde ele diz textualmente: "Veto porque é contrário aos altos in-

teresses da educação". Na hora em que, no Estado, onde um colégio técnico agrícola, numa região essencialmente agrícola, ser contrário aos interesses maior da educação, ou este homem é louco ou não poderia nunca ter chegado ao governo.

Concedo o aparte ao Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Nobre Deputado Alencar, Vossa Excelência faz duas colocações, uma a respeito de uma notícia de jornal em que eu teria feito comentários desairosos ao Deputado Alencar Furtado, e outra de que caso eu não assinasse o pedido de constituição de uma C.P.I. para investigar possíveis irregularidades junto à PROMOPAR, eu não seria digno de sustentar outras acusações em função de que em reunião da Bancada do PMDB em que Vossa Excelência participou, eu claramente solicitei ao Governador José Richa essa investigação.

Quanto à primeira parte eu quero dizer que não li notícia nenhuma em jornal, mesmo porque cheguei hoje de manhã de ônibus, de Cascavel, em que atacava seu irmão. Se alguma notícia saiu com referência a que, na ocasião da disputa pela Presidência da Câmara, o Deputado Alencar Furtado se compôs com a ala do Deputado Paulo Maluf, eu quero dizer aqui, por diversas vezes condenei essa atitude. Eu achava que naquele momento em que estava para iniciar-se a Nova República, o homem do PMDB que precisava ser prestigiado para de igual para igual falar com Tancredo Neves, em nome de nosso Partido, era Ulysses Guimarães, porque de outro lado havia uma outra figura que compôs aquela aliança para derrotar a ditadura que era Aureliano Chaves. E se nós gastássemos nosso líder maior, ficaríamos numa posição de enfraquecimento.

Como não dei nenhuma entrevista nos últimos dias a este respeito, imagino que alguma notícia que por ventura tenha saído em algum jornal, tenham sido ilações retiradas de afirmações que em outra época tenha eu feito, e que reafirmo aqui, que a época não era própria para que desgastássemos o nosso líder maior.

O SR. OSVALDO ALENCAR - Eu sou mais preciso, Deputado Mário Pereira, foi no Jornal "O Estado do Paraná" de sexta-feira ou sábado, se não me falha a memória, num destes dias.

O Sr. Mário Pereira - Eu estou fora de Curitiba desde quarta-feira, portanto, não li notícia alguma a este respeito. Mas, vou procurar verificar para me inteirar do teor desta matéria e depois me posicionar a respeito dela.

Quanto à PROMOPAR, quero dizer a Vossa

Excelência que realmente em reunião da Bancada PMDB, juntamente com meus companheiros de Partido que, naquela época Vossa Excelência também integrava o PMDB, na reunião antes das eleições para a Prefeitura em que uma série de acusações eram feitas ...

O SR. OSVALDO ALENCAR - Permita-me interromper o aparte. Só para uma precisão de dados históricos. Essa denúncia Vossa Excelência formulou não no restaurante do DER, Vossa Excelência formulou muito antes lá na Granja do Canguiri.

O Sr. Mário Pereira - Exatamente, foi lá mesmo numa reunião com a bancada, com a presença do Governador José Richa e do atual Prefeito Roberto Requião, e que lá se levantou as providências que o Governo deveria tomar a respeito de uma série de denúncias que o ex-Governador, Paulo Pimentel fazia na televisão, e quando chegou na PROMOPAR, eu lembrei ao Governador José Richa, os detalhes da denúncia e que, na apuração o Governador disse que já havia mandado fazer, no inquérito administrativo, que desse orientação específica àquelas que investigam aquela denúncia quanto às particularidades ali colocadas por mim. Quero afirmar a Vossa Excelência que uns vinte dias depois fui chamado ao Palácio, e que o Governador José Richa mostrou-me que aquelas particularidades que eu havia levantado, haviam sido investigadas, e que a conclusão era de que, o procedimento da PROMOPAR no famoso caso da compra de pães, havia sido um procedimento correto, com concorrência, e que estava sanada aquela suspeição.

Em função da palavra do Governador Richa sobre o assunto, eu me dei por satisfeito. E agora, ao assinar ou não assinar o seu pedido de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, numa época pré-eleitoral que poderá ser utilizada com fins eleitorais, eu não disse que assinava ou não, mas, que iria analisar. Todavia, quero dizer que é necessário ter dignidade para falar nos cantos e na frente do Chefe do Poder Executivo, na frente do Governador com testemunhas, e quando eu acho que preciso falar, assim o faço, como o fiz, e Vossa Excelência testemunhou.

Portanto, o que eu levantei na reunião, a mim foi respondido, e acho que me tendo dado por satisfeito com as explicações, cumpro o meu papel, e mesmo sendo Deputado do Governo, denuncio quando for preciso.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Apenas para acrescentar ao aparte interessante do Deputado Mário Pereira, porque na oca-

sião Vossa Excelência dizia ao Governador: "eu vi a nota falsificada, Governador. Eu vi a nota falsificada, era o que Vossa Excelência dizia na época, e na oportunidade.

Eu ouvi atentamente Vossa Excelência, e vou continuar dando a minha resposta, porque na oportunidade se o Governador José Richa não lhe mostrou a correção da nota falsificada. A resposta só pode ter sido mentirosa porque Vossa Excelência, eu acredito seja um homem honesto.

E acredito que, o ex-Governador José Richa é, além de pachorrento, um charlatão. E a verdade dita por Vossa Excelência, para mim perdura. E por via das dúvidas, a CPI pode dizer quem está mentindo ou não, porque Vossa Excelência fala no período pré-eleitoral, mas, eu pretendo que esta CPI dê o seu resultado antes das eleições, porque ainda quando o Governador do Estado era o Dr. Hosken de Novaes, eu subi àquela tribuna com documentos, e acusei funcionários da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, de corruptos, e três dias, após instaurado uma sindicância, ele exonerou os dois corruptos da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

É o único caso durante todo este período da administração, pois, o PMDB instaurou uma CPI da Corrupção, até hoje incompleto, a não ser a palavra e os relatórios, não se tem nada de concreto.

O Dr. Hosken de Novaes mandou quem foi acusado de corrupção no seu Governo, instaurou uma sindicância e em três dias ele comprovou que as minhas denúncias eram exatas e exonerou dois funcionários altamente graduados e qualificados da Fundação Caetano Munhoz da Rocha.

Mas, Deputado Mário Pereira, o PMDB sabe que a PROMOPAR vem fazendo política-gem - não é política, é politicagem - com cadeira de rodas em cima dos miserabilizados pela sorte, em cima dos necessitados pois a vida não lhes deu outras condições, em cima de pedido de óculos de quem precisa de um humilde óculos com armação de plástico. A PROMOPAR, nós sabemos, vem pagando churrascadas e abastecendo automóveis com combustíveis e não dá óculos, nem perna ortopédica, nem a cadeira de rodas para os necessitados.

É por isso que essa CPI não é para provar corrupção; essa CPI é para provar desumanidades que o Governo Richa deixou na PROMOPAR ...

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Senhor Deputado, esta Mesa informa que o seu horário está esgotado e tem um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Dois minu-

tos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Ou então se Vossa Excelência entender pode falar no Horário da Liderança se o Líder do seu partido assim o determinar.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Então, Senhores Deputados, esta CPI é para provar apenas isto: a PROMOPAR é um órgão que deveria ser pura e simplesmente assistencialista, embora eu condene o assistencialismo. Se nós vivêssemos em uma sociedade socialista não haveria necessidade desse paternalismo. Por isso, estou hoje no PDT que tem uma mensagem socialista mais avançada, e eu espero que amanhã ou depois nós possamos pôr em prática o que num órgão assistencialista o PMDB faz politicagem.

E se vocês têm medo disto, como disse o Deputado Orlando Pessuti e o Deputado peemedebista Quielise Crisóstomo da Silva, assinem a convocação da CPI e vamos provar que a PROMOPAR realmente assistiu aos necessitados, o que eu vou provar é que ela não assistiu pois tenho provas documentais de que ela não assistiu, fez politicagem com os necessitados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Encerrado o Grande Expediente, vamos passar ao Horário das Lideranças.

Esta Mesa consulta a Liderança do PDT se quer fazer o uso do seu horário.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) - Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS. (Declina). Havendo declinado, consulta Liderança do PTB.

O SR. FUAD NACLI - O Senhor Deputado Gabriel Manoel fará o uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gabriel Manoel no Horário da Liderança do PTB.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, ilustres Senhores Deputados.

Os fatos sempre são uma seqüência da vida pública. Ficamos a sofismar; somos quatro Deputados que voltamos às origens do PTB. É sábado, na sua convenção que é soberana, foi resolvido democraticamente para que apoiássemos, sem desmerecer os outros candidatos o ilustre candidato Álvaro Dias.

E nós, neste momento, ao vermos tanta

polêmica, ao vermos o ilustre homem que foi o responsável pela abertura democrática no País, Paulo Maluf. Este homem que muitas vezes é atacado, que muitas vezes é repellido, digo de cátedra hoje, os malufistas do Paraná estão divididos cada um com sua opinião, cada um com o seu ideal, cada um obedecendo as diretrizes do seu partido. No nosso Partido Trabalhista Brasileiro, somos quatro malufistas que vieram do PDS, que é o partido do Maluf, que é o partido que Maluf procurou carregar nas costas; que é o partido que Paulo Maluf foi traído, não pelos companheiros do Paraná, mas foi traído pelo próprio partido na sua cúpula maior.

É neste momento que a sensibilidade dos companheiros de ontem devem saber e devem pesar as palavras dos homens que atacam Paulo Maluf. Porque quando esboçava-se a candidatura de Paulo Maluf para a Presidência da República, nós fomos no memorável encontro de Foz do Iguaçu. Fomos incorporados para um único objetivo: lutar pela nossa Pátria. Ao saber que tem muitos companheiros nesta Assembléia que atacam Paulo Maluf, queria dizer que sou malufista autêntico! Sou malufista por um ideal! Sou malufista porque fui do PDS. Voltei ao PTB junto com quatro companheiros malufistas. E quantos malufistas não têm que apoiam a candidatura do ilustre José Alencar Furtado?

Agora é um direito de opção, de obedecer ao partido. Vamos marchar com com Álvaro Dias, esquecendo as quesilhas passadas com o Governador José Richa. Nada temos a dar - nem a receber. Mas, Álvaro Dias há de ser o Governador do Estado.

Dizia na convenção paranaense do PTB: como pode o meu irmão, José Alencar Furtado sentar na mesa com os homens que o cassaram. Como podem cassador e cassado estarem juntos? Como pode um homem da estirpe de José Alencar Furtado, grande, combativo, um brasileiro que merece as nossas homenagens, como pode sentar na mesa, como pode receber uma condecoração dos homens que o cassaram? É por isto que não posso acreditar neste amontoado de interesses. É por isto que resolvemos, em nosso partido, o antigo, PTB, de Getúlio Vargas, a apoiar um candidatura que não faz aconchavos com seus adversários, com seus inimigos de ontem. Porque adversários foram do PMDB.

Mas, hoje sabemos que o caminho certo é Álvaro Dias. Em que pese o meu respeito, a minha dedicação por Alencar Furtado, um homem honesto, um homem fiel, um homem que comunga em benefício de sua Pátria, mas que desvirtuou, porque montou-se um amontoado de homens que querem vindita pessoal. Homens que não foram suficientemente dignos, que me peçam, pedindo vênica para meus companheiros, os homens de cúpula que

amontoaram-se para uma vindita pessoal. E é por isso que nós do PTB, vamos lutar por Álvaro Dias, sem aconchavo com o Governo do Estado, mas lutar por um homem que quer ver a sua Pátria, o seu Estado em seu legítimo lugar.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador) Eu agradeço ilustre Deputado Gabriel Manoel, com todo o respeito que dedico a Vossa Excelência, não só pelos cabelos brancos, mas pelo passado de luta e de representatividade legítima, angariada no seio do povo e com o povo, cinco mandatos de deputado que o dignificam e honram, o que não acontece com o Senador Biônico Affonso Camargo que nunca teve um mandato eletivo e é bem contrário de Vossa Excelência, por isto rendo minha homenagem a Vossa Excelência.

Mas, gostaria meu ilustre irmão, já que irmão do meu irmão, meu irmão também é. Então, assim sendo, de irmão para irmão, digo ao meu preclaro irmão de cabelos encanecidos pelas neves do tempo, digo felizmente meu irmão, não falem mal do meu irmão, do nosso irmão Alencar Furtado. Falam quando querem falar mal de outras pessoas; mas não tem uma pessoa que diga que José Alencar Furtado foi conivente com a corrupção, foi omissa na época da ditadura, que nunca foi competente, nunca foi um homem respeitado pela Nação inteira.

E os jovens de vinte e trinta anos deste País inteiro têm em Alencar Furtado um dos seus líderes políticos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Eu concordo com Vossa Excelência na íntegra e sei que Alencar Furtado é um homem sério, sei disso. Agora, o que não é sério é o problema de atacar os malufistas que estão ajudando Álvaro Dias. E os nossos companheiros que são os malufistas de ontem, têm uma grande parcela que são dignos e que estão apoiando Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Eu lamento informar, mas o seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Vossa Excelência me dá mais um minuto para completar? O

SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa deferiu.

O SR. GABRIEL MANOEL - Encantado, Senhor Presidente. Então, eu dizia isto: É um amontoado de companheiros malufistas de um lado e um amontoado do outro. E ninguém pode atirar a primeira pedra, como dizia Jesus, àquela mulher que pecou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - No Horá-

rio da Liderança, consulto o Líder do Partido Libertador.

(Pausa).

Ausente, consulto a Liderança do Partido Comunista Brasileiro.

(Pausa).

Ausente, consulto a Liderança do Partido Democrático Brasileiro.

Está com a palavra o Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu havia me inscrito no Horário das Lideranças para falar sobre um projeto importante. O Projeto de Resolução n. 42/86, que estadualiza as Faculdades do Oeste do Paraná, criando a Fundação, Federação de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.

Mas, antes de entrar neste assunto quero, por não ter havido tempo de um outro aparte quando o nobre Deputado Osvaldo Alencar usava da palavra, esclarecer o aspecto da nota fiscal.

Eram duas acusações que pairavam sobre a PROMOPAR, levantadas pelo ex-Deputado e ex-Governador Doutor Paulo Pimentel. Primeiro, que não havia sido feita a concorrência para a compra de pães, e segundo a rasura de uma nota fiscal. Não era rasura, era uma nota como se diz no jargão fiscal, calçada. Quem calçou a nota foi a empresa que vendeu o pão. A empresa foi atuada e multada, em função de, na primeira via da nota fiscal ter saído o valor pelo qual havia vendido a mercadoria à PROMOPAR, e na segunda via um valor menor para burlar o fisco. O fisco encontrou esta fraude, autuou a empresa e a puniu de acordo com a legislação.

Eu entrei com um requerimento Senhor Presidente, pedindo preferência de votação no Projeto 42/86. Este projeto é oriundo de um convênio assinado entre o Poder Executivo e as fundações de quatro municípios do Oeste do Paraná com os quatro prefeitos destes municípios também, ou seja, Cascavel, Toledo e Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, em que o Estado se compromete a estadualizar as fundações unificando-as, transformando-as em Fundação-Federação de Instituições de Ensino Superior do Oeste, desde que os municípios transfiram ao Estado o patrimônio. Estas providências já estão sendo tomadas. Em cada um destes municípios, através de leis encaminhadas às Câmaras de Vereadores para que possa, então, o Estado de posse deste patrimônio instituir esta fundação.

Eu queria fazer um agradecimento a uma série de Deputados aqui, especialmente aos que acompanharam a movimentação que houve no oeste do Paraná em busca da estadualização em 1984. Em que usando da tribuna

convidei vários deputados, como o Deputado Tércio Albuquerque, Fuad Nacli, Odeni Mongruel, Edgard Pimentel, Sabino Campos, Gernote Kirinus, Sérgio Spada, José Fonseca; mais outros Deputados Federais como Renato Bueno, Paulo Marques, Mazureque e Nelson Friedrich, para que, juntamente com uma comitiva de estudantes e religiosos da região Oeste, mais precisamente de Cascavel naquela época, que solicitavam do Governador José Richa a estadualização. O Governador ouviu as ponderações daquelas lideranças e se comprometeu a lutar pela federação alegando, na época, que o Paraná era um Estado de certa forma discriminado, enquanto em outros Estados diversas unidades de ensino superior estavam federalizadas, o Paraná era o Estado que, proporcionalmente, mais investia no ensino superior; que seria uma luta conjunta do Governador com todas as lideranças da comunidade em busca da federalização. Mas que, se ao final do seu governo não conseguíssemos a federalização, ele estadualizaria a FECIVEL, e até lá ajudaria com recursos financeiros a manutenção daquele estabelecimento de ensino.

Conseguimos na realidade recursos e ao final do Governo, um dia antes de findar ou de renunciar ao cargo para se candidatar ao Senado o Governador José Richa se desencompatibilizando do cargo de Governador assinou o convênio que hoje temos a oportunidade de em 3.^a Discussão referendar.

Quero, neste momento, fazer justiça à luta empreendida pelos estudantes que hoje, através de seus representantes se fazem presentes nesta Casa. Fazer justiça ao Deputado Edgard Pimentel que, a seu modo, entrou por inteiro na luta pela estadualização apresentando um projeto de estadualização da FECIVEL.

Quero fazer justiça aos professores, à TUC também dizer que se conseguimos chegar neste momento à última votação deste Projeto que estadualiza estas faculdades, se deve também ao empenho dos estudantes, líderes políticos, prefeitos e professores das faculdades de Toledo, Rondon e Foz do Iguaçu, que juntamente com Cascavel reivindicaram, se mobilizaram, pressionaram, foram a Brasília, vieram diversas vezes a Curitiba para que pudesse as nossas escolas superiores do Oeste crescerem a ponto de nós termos condições de continuarmos a luta, objetivo final desta mobilização que é a Universidade Oeste. Não poderá passar mais um governo sem que a Universidade do Oeste seja uma realidade. O Oeste do Paraná produz sozinho com 11% da área do território paranaense, 34% dos grãos, dos cereais do nosso Estado e quase 10% dos grãos produzidos em todo o País. E não se entende que, se no Norte temos duas Uni-

versidades, o Oeste não tem a sua, formando, através desta Universidade, uma massa crítica que possa questionar a forma de desenvolvimento da nossa região, que ao lado da riqueza, tanta miséria tem mostrado ao Paraná, pelo espetáculo degradante das legiões de bóias-frias, dos acampados e desamparados por uma política agrária que expulsou o homem do campo.

Portanto, para mim, hoje é um dia de festa. Aos Deputados que mencionei, e que se incorporam nesta luta, ao Deputado Edgard Pimentel, aos prefeitos, aos estudantes, aos professores, a minha satisfação de poder, também eu, juntamente com eles, ter dado a minha parcela por mais humilde que tenha sido, de ajuda, para que conseguíssemos alcançar o nosso objetivo.

Concedo aparte ao Deputado Edgard Pimentel.

O Sr. Edgard Pimentel - Nobre Deputado Mário Pereira.

Quero ser breve, porquanto também o Deputado Airton Cordeiro pediu um aparte. Quero apenas lamentar que a atitude que o Governo toma, ao encaminhar essa Mensagem, venha a ser, assim, exclusivamente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Presidência quer comunicar que o horário do orador já se encontra esgotado e que concede um minuto para concluir.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Concedo esse tempo ao Deputado Edgard Pimentel.

O Sr. Edgard Pimentel - Lamento que aquele projeto que nós apresentamos e que trazia no seu bojo toda a ansiedade da população estudantil, das faculdades da nossa região, foi rejeitado, e o problema das faculdades foi se arrastando, e nós chegamos, hoje, a encontrar esse projeto, essa mensagem que o Governador manda, no crepúsculo da atual administração do Estado, com o objetivo bem claro, bem definido, de fazer política com esses estudantes sofridos da nossa região; esses estudantes não merecem isso, e esta é a nossa posição, nobre Deputado.

Nós aqui viemos, hoje, também, com o propósito de demonstrar, mais uma vez, a nossa sensibilidade para com o problema do ensino superior da nossa região, mas, lamentamos e deixamos aqui o nosso protesto que o atual Governo - porque eu acho que a responsabilidade é do ex-Governador José Richa que assumiu em praça pública, quando candidato era - iria estadualizar as faculdades da nossa região, e não o fez, e transfere ao seu sucessor João Elísio Ferraz Campos, para que ele possa encaminhar esta mensagem que tem uma conotação bem específica, de fazer política em favor dos

candidatos da nossa região.

Eu tenho me comportado de uma forma que, acho que não pode ter marca de partido, com tudo que se refere à nossa região, mas o PMDB assim não agiu, vetou o nosso Projeto, o rejeitou e hoje manda essa mensagem; faz ecoar em nossa região os propósitos bem eleitoreiros para a eleição de 1986.

O SR.MÁRIO PEREIRA - Reconheço seu esforço, mas o vosso projeto era inconstitucional.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)-No Horário da Liderança, consulto o Partido da Frente Liberal.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Senhor Presidente, no Horário da Liderança ocupará a tribuna o Deputado Tércio Albuquerque, mas antes eu queria fazer uma Questão de Ordem a Vossa Excelência, sendo que esse deputado não ocupará a tribuna. E o que eu tenho que requerer a Vossa Excelência é legal para que eu faça em Questão de Ordem. Eu requero antes uma questão de Ordem a Vossa Excelência.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Tem a palavra Vossa Excelência para uma Questão de Ordem.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Um adendo apenas. Quero dizer às Lideranças da faculdade, que aqui estão, que o Partido da Frente Liberal é totalmente favorável ao projeto.

Senhor Presidente, a minha Questão de Ordem refere-se ao seguinte, terei que fazer um preâmbulo para poder formalizar a minha Questão de Ordem. Que entramos em 1983 com um projeto criando o Município de Rosário, hoje Distrito de Grandes Rios. Esse projeto tramitou por três anos nesta Casa, sofreu emendas, e foi aprovado. Dia 20 próximo passado, houve naquela cidade um plebiscito se o povo aceitava ou não o distrito como município. E lá como autor do projeto estivemos neste dia do plebiscito, no dia 20 próximo passado. Dois dias antes do plebiscito conversamos com o juiz eleitoral daquela comarca, pedimos autorização para que nós colocássemos algumas faixas nos postes, cumprimentando o novo município e o seu povo. Fomos autorizado pelo juiz eleitoral, em seguida fomos à COPEL a qual nos concedeu a CZ\$ 20,00, por poste, a ordem para colocarmos as faixas naquele distrito, cumprimentando o povo. E o povo também assim fez algumas faixas cumprimentando esse Deputado.

Às oito horas da manhã começamos a nossa peregrinação política, Senhor Presidente, cumprimentando a todos os municí-

pes.

Quando foi a partir, de mais ou menos onze horas da manhã, quando estávamos na casa de um Vereador, escutamos alguns gritos e distúrbios nas ruas e saímos para ver o que acontecia. Infelizmente Senhor Presidente, deparamos com um quadro totalmente deplorável, um Vereador do PMDB, um sub-delegado, e dois policiais fortemente armados, eu tenho que fazer o preâmbulo para dar a Questão de Ordem que Vossa Excelência vai entender.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Solicito a Vossa Excelência que seja objetivo.

O SR.JORGE MAIA FILHO - Vossa Excelência, vai entender, por dois policiais fortemente armados, arrancando as faixas. Dirigi-me ao sub-delegado, e pedi que não o fizesse, que eu estava totalmente dentro da Lei. Diz ele que tinha ordem do Prefeito e que quem mandava na cidade era o Prefeito. Aí insisti que o mesmo estava com uma coação física sobre mim, o mesmo retirou as armas, ele e os policiais apontando para este Deputado, o qual ficou totalmente mobilizado. Com isso os policiais, o delegado e o Vereador arrancaram e jogaram as faixas jogando aos pés desse Deputado, fazendo-me passar a maior das humilhações. Em síntese, Senhor Deputado, nós encaminhamos no dia 21, à Presidência desta Assembléia, um requerimento endereçado ao Senhor Secretário da Segurança Pública, relatando todos estes fatos e pedindo três medidas. Primeiro: garantia de vida para esse Deputado fazer campanha naquele município, no qual sou o mais votado.

Segundo: para que seja este Delegado, por abuso de poder, punido pela lei e pela justiça, e terceiro: para que o Senhor Prefeito em que se intitula um tirano de província pare de dar ordens absurdas partindo para a violência, e para que o mesmo seja responsabilizado por qualquer ato de violência.

Recebemos ontem, Senhor Presidente, um telefonema do Senhor Secretário de Segurança Pública, ao qual rendo minhas homenagens, também ao comandante da Polícia Militar, Coronel Mastechi, pedindo a mim que este requerimento chegasse à Secretaria da Segurança Pública.

Então, a minha Questão de Ordem Senhor Presidente, e pediria a Vossa Excelência, um minuto de atenção, e que este Deputado há dez dias corre risco de vida, e vem pedindo garantia de vida. E esse processo encontra-se engavetado nesta Assembléia. Eu peço a Vossa Excelência que seja encaminhado hoje ao Senhor Secretário de Segurança para que sejam tomadas todas as devidas providências. É essa minha Questão de Ordem, Senhor Presidente.

Passo a palavra da Liderança ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Na Questão de Ordem levantada por Vossa Excelência, esta Mesa encaminhará um apelo ao Senhor Presidente, ainda no dia de hoje, a fim de que ele esclareça qual o destino que deu ao Requerimento de Vossa Excelência, que deixou nesta Casa, há dias passados. No Horário da Liderança da Frente Liberal, concedo a palavra ao Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Senhor Presidente, Senhores Deputados. É lamentável que, nós Deputados tenhamos que comparecer neste momento à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para votarmos um projeto que, na realidade, não representa nada.

Lembro-me como se fosse hoje, em 1984 o ilustre, o dedicado e honrado Deputado Edgard Pimentel, representando as aspirações e o desejo do povo oestino, apresentou na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, um projeto de sua autoria, que não era e nunca foi inconstitucional, autorizando ao Poder Executivo a criar a Faculdade Estadual de Cascavel.

Infelizmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a mando do Governador José Richa grande parte do PMDB, mobilizou-se contra o projeto do Deputado Edgard Pimentel, que não era um projeto eleitoral, pois não apareceu à Assembléia no ano eleitoral, e sim, quando os estudantes, os professores e os pais de alunos, além da classe política, bem intencionada, dava o aval ao Deputado Edgard Pimentel, para que trouxesse à Assembléia Legislativa o seu projeto, e aqui recebesse o seu apoio.

Até Deputados que assinaram, Senhor Presidente, o apoio ao projeto de Edgard Pimentel, retiraram o mesmo com voto. E eu pergunto neste momento: será que o Deputado que assina um documento e na hora da votação retira a sua assinatura por palavra e por voto, representam uma comunidade, ou são "vaquinhas de presépio" do ex-Governador José Richa?

E aqui, eu vou votar hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, no projeto de enganação, porque é de interesse da minha região, da minha cidade de Foz do Iguaçu, das cidades de Marechal Cândido Rondon, de Toledo e de Cascavel, porque aqui há apenas Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma Carta de Intenções, que se a região não continuar com as suas pressões, como fez, esta Carta de Intenções pode morrer no ar, pode ficar apenas na palavra, mas eu acredito na garra, no amor, no carinho dos estudantes do oeste paranaense, como acredito nos políticos bem inten-

cionados, que aqui têm comparecido para dar o seu aval, àquilo que nós não temos ainda, um direito sagrado, um direito conquistado por termos as nossas Faculdades estadualizadas.

É por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que eu lamento, voto lamentando e continuo a lamentar, que tenho medo dessa mentirosa Carta de Intenções, porque se o ex-Governador José Richa, quisesse estadualizar, como se comprometeu nas suas palavras mentirosas de palanques políticos, ele teria no seu primeiro ano de mandato estadualizado as faculdades.

Mas, se a memória de José Richa é curta, o Deputado Edgard Pimentel fez com que a sua memória voltasse a lembrar das coisas. Mas, o que é que aconteceu? O Governador manipulou os seus Deputados para que votassem contra aquilo que nós tanto desejamos.

Concedo o aparte pela Ordem ao Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro - Ilustre Deputado Tércio Albuquerque.

Quero, primeiramente, dar o meu testemunho sobre o empenho de Vossa Excelência para regularização de uma situação realmente delicada, aflitiva dos estudantes e dos professores das faculdades autônomas do Oeste do Paraná.

Devo endossar as afirmações de Vossa Excelência sobre a autenticidade da intenção desta matéria. Diz bem Vossa Excelência. Em primeiro lugar, o Senhor Governador José Richa prometeu a estadualização das faculdades, e a transformação das faculdades autônomas numa universidade. Não o fez. Mentiu mais uma vez, aliás como mentiu em todo o seu Governo.

Pois o PMDB, com assento aqui na Assembléia Legislativa, teve a oportunidade de deliberar sobre matéria de iniciativa do Deputado Edgard Pimentel que propunha através de um projeto de lei a estadualização da Faculdade de Cascavel, e o PMDB comandou a rejeição do projeto de lei do Deputado Edgard Pimentel neste Plenário.

Lembro mais: a Assembléia aprovou a estadualização da Faculdade de Campo Mourão numa iniciativa do Deputado Rubens Bueno. E o que é que fez o Governador José Richa? Vetou o projeto de lei aprovado por esta Assembléia. E depois, Deputado Tércio Albuquerque, o Governador José Richa vem falar em federalizar as faculdades do Oeste quando nós sabemos que o Paraná tem universidade em Londrina, em Maringá, em Ponta Grossa, e nenhuma foi federalizada. De que forma pretendia o Governador que fossem federalizadas as faculdades do Oeste se por uma precedência natural as outras também não foram federalizadas? Pretendeu apenas enganar os alunos e os pro-

fessores das Faculdades do Oeste do Paraná.

Esses jovens foram à greve para ganhar recursos financeiros para as faculdades; os professores foram à greve porque não havia recursos para o seu pagamento e nem para o funcionamento das faculdades. E hoje, Deputado Tércio Albuquerque, no mês de agosto, segundo informações dos estudantes, não me consta que o Governo do Estado tenha repassado um centavo às faculdades do Oeste do Paraná. E no entanto, Deputado Tércio Albuquerque, agora vem o PMDB querer fazer em cima desta matéria um proselitismo como se estivesse oferecendo algum apoio aos jovens. Absolutamente. Nós queremos sim, que se cumprisse a palavra do Governador.

Então, eu quero louvar a coragem de Vossa Excelência, quero louvar a iniciativa do Deputado Edgard Pimentel, e sobre isso já me manifestei, e dizer aos jovens que lamentavelmente, eles e os professores, como tantos e milhares de paranaenses, também foram vergonhosamente enganados pelo ex-Governador José Richa. Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Eu agradeço as palavras do Deputado Aírton Cordeiro, e pela ordem concedo o aparte ao Deputado Jorge Maia Filho.

O Sr. Jorge Maia Filho- Na realidade, nossa memória também não é curta. Nós lembramos a peregrinação do Deputado Edgard Pimentel quando do seu pedido de aprovação do seu projeto.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - O tempo está esgotado e tem um minuto para concluir, Senhor Deputado Tércio Albuquerque.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Muito obrigado.

O Sr. Jorge Maia Filho- Se Vossa Excelência quiser terminar ...

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - Vossa Excelência está com o aparte.

O Sr. Jorge Maia Filho- Muito obrigado.

Quando o Deputado Edgard Pimentel perambulava por todos os gabinetes pedindo o comparecimento dos Senhores Deputados para aprovação do projeto, nós viemos, todos os partidos vieram, e quem votou contra foi justamente o Partido do Senhor José Richa, o PMDB que foram vaiados pelos alunos e professores, aqui neste Plenário.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - É verdade.

O Sr. Jorge Maia Filho- Só para lembrar

que a memória do Governador José Richa é muito curta mesmo, porque ele esteve na minha cidade, em Apucarana, em 1982, e prometeu a Universidade do Vale do Ivaí. E temos também um Projeto tramitando desde o ano passado criando a Universidade do Vale do Ivaí, em Apucarana. E veremos como se portará a bancada do PMDB do Senhor José Richa.

Quero aqui cumprimentar e dar o meu testemunho, como Líder de Partido, aos professores e alunos que aqui estão, do Oeste, pois o trabalho do Deputado Edgard Pimentel foi incansável.

O SR.TÉRCIO ALBUQUERQUE - O convênio não é suficiente, mas tem o meu apoio, da minha bancada e das oposições.

Obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Rubens Bueno e Gilberto Carvalho, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria dos Senhores Deputados Anibal Khury e Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, devidamente apoiado, constante do expediente. À Dire-

toria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Antônio Belinati, Jorge Maia Filho, Fuad Nacli e Nestor Baptista, na qualidade de Líderes do PDT, PFL, PTB e PMDB, respectivamente, constante do expediente, solicitando sejam enviados às Comissões competentes, todos os projetos de lei da Ordem do Dia, que se encontram sem o devido parecer técnico. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução n. 42/86, que objetiva estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Resolução n. 42/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 83/86, que aprova o convênio celebrado em 08.05.86, entre o Estado do Paraná, a FUMEST, FUNDEMAR, FUNEFI e os Municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Cascavel e Foz do Iguaçu, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior o Oeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando preferência na discussão e votação para o Projeto n. 137/86, constante da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) Perguntaria à Presidência se o Projeto de Resolução n. 42/86 tem muitos pedidos de Preferência de Votação. Pela colocação em primeiro lugar a quem pediu.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Vai ser apreciado em primeiro lugar o do Deputado Gabriel Manoel com apoio do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação para o Projeto de Lei n. 195/85, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como os de números 97/86 e o de Resolução n. 33/86. - Aprovado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Pela Ordem, Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Pela Ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Apenas para justificar que os projetos sem Pareceres já foram devidamente aprovados para que voltem às Comissões Técnicas. E o de número 195/85, é um projeto sem Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O Projeto n. 195/85 está com Parecer, Sr. Deputado.

Aliás, está sem Parecer o Projeto de Lei n. 195/85.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 195/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI E OUTROS, que objetiva estruturar o Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia do Estado do Paraná, conforme específica. Sem Pareceres. Em Regime de Urgência.

O SR. NESTOR BAPTISTA - As Lideranças subscreveram um requerimento solicitando a retirada e foi devidamente aprovado o tal requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa irá encaminhar à Comissão competente, para o devido fim.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela ordem) Sr. Presidente, eu queria que esta proposição do Sr. Deputado Nestor Baptista fosse colocada em votação, para que se saiba se pode retirar ou não.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Já foi votado, Sr. Deputado Gabriel Manoel. Foi votado anteriormente, a Questão de Ordem levantada pelo Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL - Mas Sr. Presidente, ele pediu a retirada do requerimento de autoria deste humilde Deputado.

Então, eu queria que Vossa Excelência colocasse em apreciação se o requerimento pode ser retirado ou não, porque o mesmo foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sr. Deputado Gabriel Manoel, a Mesa leu, inclusive nominou os Deputados: do PDT, Deputado Antônio Belinati.

Da Frente Liberal - Deputado Jorge Amim Maia.

Do PTB - Deputado Fuad Nacli.

Do PMDB - Deputado Nestor Baptista.

Votamos este requerimento antes da

Questão de Ordem levantada pelo Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Perfeitamente.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência me esclarecesse sobre o Projeto de Lei n. 195/85.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Esse requerimento é abrangente. Todos os projetos que constam na Ordem do Dia, todos os projetos, sem exceção.

O SR. GABRIEL MANOEL - Permita-me então. Queria requerer a Chamada Nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Vossa Excelência pede Verificação de Votação?

O SR. GABRIEL MANOEL - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) Sr. Presidente, eu queria apenas saber que projeto ou requerimento estamos votando, para que possamos apreciar o pedido do nobre Deputado Gabriel Manoel, de chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O Deputado Gabriel Manoel pode requerer a chamada nominal, independente, para que a matéria não sofra prejuízo.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Não. Apenas para que possamos nos situar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Perfeito.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - (Pela ordem) Sr. Presidente, enquanto esperamos que o Deputado Gabriel Manoel reconsidere a posição, gostaria de colocar para esta Presidência, ou reiterar à mesma, e eu já tenho feito em outras oportunidades em Questão de Ordem, sobre os projetos retirados de discussão deste Plenário por algumas sessões e que não tornam mais.

Eu gostaria que esta Presidência trabalhasse no sentido de que estes projetos retornassem à apreciação desta Casa, para que o Parlamento pudesse se definir sobre eles.

Infelizmente, Sr. Presidente, parece-nos que existem umas gavetas a esconder

os projetos de interesse social, e eu gostaria que a Mesa Executiva deste Poder assim não procedesse, mas fizesse com que esta Casa deliberasse definitivamente sobre a oportunidade e a legalidade ou não da votação ou aprovação destes projetos.

Seria importante que Vossa Excelência, como Vice-Presidente deste Poder, ora exercendo a Presidência, agilizasse no sentido de que estes projetos não fossem engavetados, e um deles, no nosso entender, de essencial importância para o Paraná, é o da Assessoria Cultural, para que não se continue a desprezar a cultura do Paraná, como se tem feito ultimamente.

Levanto isto, Sr. Presidente, e quero que fique registrada, mais uma vez, a reivindicação de que os projetos retirados da pauta de discussão retornem dentro do prazo estipulado e votado nas oportunidades.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa verificará a sua matéria, Sr. Deputado.

O SR. FUAD NACLI - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Fuad Nacli.

O SR. FUAD NACLI - (Pela Ordem) O Deputado Gabriel Manoel retira seu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Continua em votação.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Sabino Campos e Rubens Bueno, constante do expediente, que requer, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Resolução n. 42 e 43/86. Em votação. Aprovado.

De acordo com os requerimentos solicitando Ordem de Preferência, então o Projeto de Resolução n. 42/86 é aquele que se aprecia atualmente.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 42/86 (Mensagem n. 79/86, ex-Proposição n. 83/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, a FUMEST, FUNDEMAR, FUNEFI e os Municípios de CASCAVEL, TOLEDO, MAL. CÂNDIDO RONDON e FOZ DO IGUAÇU, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. - Em discussão. Em votação.

O SR. FUAD NACLI - (Para encaminhar) Sr. Presidente.

Nós queremos agradecer a todos os De-

putados, indistintamente aqueles que sempre lutaram pelas Regiões Oeste e Sudoeste, principalmente da criação da Faculdade e hoje temos aí no Plenário os representantes daquele município.

Lamentavelmente, minhas filhas e meus irmãos, não havia necessidade de os Senhores estarem aqui, presentes. O reconhecimento desta faculdade já devia ter sido desde o ano passado. E nós queremos aqui dizer a muitos estudantes e ao pessoal da região de Toledo, Rondon, Cascavel e Foz do Iguaçu, e aos Deputados que sempre lutaram de unhas e dentes, que nós hoje, o PTB, apoiando o Governo, mas reconhecemos que o PMDB não deu oportunidade nem no Governo Federal, nem no Governo Estadual para o reconhecimento dos direitos que os estudantes desta região têm.

Meu muito obrigado. Votamos favorável, porque é de justiça entregar aquilo que o povo merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Em votação. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 137/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 77/86), que objetiva modificar a redação da Tabela "B", de que trata a Lei n. 7436, de 29/12/80. (Dispõe sobre a base de cálculo a proventos de inatividade dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em discussão.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - (Pela Ordem) É apenas o seguinte, quando houve inversão da Ordem do Dia, seria interessante que a Mesa indicasse o número de ordem, para poder acompanhar.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O número é 33, na folha 7, Terceira Discussão.

AO SR. AUGUSTO CARNEIRO (Pela ordem) A Questão de Ordem era uma indagação da Mesa, pois houve um certo tumulto na Votação dos requerimentos que versavam sobre a antecipação de votação dos projetos, mexendo com o ensino superior, onde o Projeto de Resolução n. 42, já foi aprovado. A indagação era se o Projeto n. 43, também teve Preferência de Votação.

O SR. PRESIDENTE - É o número cinco.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE - Em discussão o Projeto de Lei n. 137/86, número de controle, 33, folhas 7.

Em votação. Os Srs. Deputados que estão de acordo. Aprovado.

Na folha inicial, n. de controle, 4.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 97/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 68/86), que objetiva inclusão no Art. 2.^o, parágrafo único, da Lei Complementar n. 21, de 26/10/84, o item VI, com a redação que especifica. (Revisão de proventos dos aposentados entre a data da Lei n. 7051, de 04/12/78 e 01/03/80). Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Em votação.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela ordem) Sr. Presidente, o Deputado Péricles Pacheco precisa se ausentar urgentemente do Plenário, e dentro de nossa bancada não existe obrigação de alguém ocupar o seu lugar.

Peço que alguém da Bancada do PMDB, a qual é majoritária e responsável pela Segunda Secretaria, que o substitua.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) O Deputado Gernote Kirinus assumirá a Segunda Secretaria.

Aprovado, artigo por artigo.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 43/86, (Mensagem n. 80/86, ex-Proposição n. 84/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, o Município de CAMPO MOURÃO e a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criação da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Em Votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Para Encaminhar) Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Pedimos encaminhamento de votação a esta matéria, e apenas poucos minutos vão ser suficientes para que registremos o que precisamos sobre o assunto em votação.

Campo Mourão luta, desde há muitos anos, pela estadualização da sua faculdade, ou federalização, lutando, paralelamente, tanto no Governo do Estado quanto no Governo Federal, para amenizar e dar condição ao ensino superior daquela cidade, que atende não só o Município de Campo Mourão, mas toda uma região de vinte municípios, e que vem, a duras penas, desde uma dezena de anos, sobrevivendo com o esforço da população daquela região e, principalmente, sobre uma sobrecarga extraordinária ao executivo mourãoense.

Neste período, depois de várias lutas e várias batalhas, no sentido de estadualização ou federalização do ensino supe-

Curitiba, segunda, em 04.08.86

rior, chegamos ao presente momento, onde o Deputado Rubens Bueno, da Bancada do Governo, adentrou nesta Casa com um projeto de lei pedindo a estadualização do ensino superior de Campo Mourão, cujo projeto foi, por unanimidade, aprovado nesta Casa, por entenderem todos os representantes do Paraná a justiça e a necessidade de que esta matéria fosse aprovada.

Encaminhado o projeto ao Executivo, sofreu por parte do Governador um veto, alegando inconstitucionalidade. O veto veio para esta Casa, e aqui, por unanimidade, foi rejeitado o veto do Governador e retornou a estadualização da Faculdade de Campo Mourão como matéria vencida, e restava ao Governo, nesta situação, duas alternativas, que seriam: a alicação da lei, considerando estadualizado o curso superior de Campo Mourão, ou o encaminhamento desta matéria à Justiça, para fazer a alegação da inconstitucionalidade e consequentemente a não aplicação da lei que foi aqui aprovada e derrubada a veto do Sr. Governador.

Então, criou um problema para o Governo, porque tinha duas alternativas, ou considerava a aprovação ou ficava mal politicamente, encaminhando à justiça uma matéria que foi inclusive por unanimidade aprovada por esta Casa.

Aí encontraram o caminho, e é por isso que queremos registrar, votamos a favor, sim, votamos a favor porque para quem não tem nada, o pouco serve. Mas o caminho que o Governo encontrou foi o caminho do descarte para não estadualizar o ensino superior de Campo Mourão, então apresentou esse projeto de resolução que estamos votando agora, pedindo a inclusão do Estado na Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, aonde era gerada antigamente pelo corpo associativo e pela Prefeitura. Agora ingressando mais o Estado na responsabilidade de tocar, quando, moralmente, o Estado já era responsável. Moralmente em outras oportunidades o Estado já se fez presente ajudando o ensino superior de Campo Mourão. E agora estamos legalizando, apenas, esta atitude. Então é preciso que se registre, e que se saiba inclusive lá na região, de que não é uma estadualização, é apenas uma legitimação de ingresso do Estado numa fundação, que será agora regida pelo corpo associativo, pela Prefeitura de Campo Mourão e pelo Estado do Paraná. Nós votamos favorável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas esperamos que não fique apenas a lei, de que o Executivo do Paraná saiba, entrando agora legitimamente nesta questão, colabore e ajude financeiramente o ensino, senão nós sucumbiremos da mesma forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Em vo-

tação. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 33/86, (Mensagem n. 42/86, ex-Proposição n. 59/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, com vistas à complementação de recursos e à prorrogação do prazo de vigência dos Convênios originários. Aprovado, artigo por artigo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, com apoio do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando dispensa da Redação Final para o Projeto de Resolução n. 42/86, que objetiva estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando dispensa de Redação Final para o Projeto de Lei n. 137/86, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 33/86, objetivando criar, na Secretaria de Estado da Educação, um cargo de provimento em comissão de Inspetor Estadual de Educação, símbolo 4-C. Aprovado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

17 Srs. Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para deliberação nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a

presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, às 10 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 33/86

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 166 e 189/85

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 135/84, 292/85, 62 e 111/86.
e dos Projetos de Resolução n. 95/85,

26, 27, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39 e 40/86.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 208/84
e dos Projetos de Resolução n. 17 e 18/86

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 306 e 330/85, 42 e 90/86
e do Projeto de Lei Complementar n. 97/86

e do Projeto de Resolução n. 33/86.
Levanta-se a sessão.